

# TRANSCRIÇÃO

S2510J7 - CES 27.08.2015

27 de janeiro de 2016

## **PARTICIPANTES**

Marco, Orlando, Elizabete, Oscarlino, Ana, Adriana, Ambrósio, Sueli, Luceni, Edvand, Carlos, Luciana, Adriana

## **TEMPO DE GRAVAÇÃO**

01 horas, 23 minutos e 42 segundos

## **MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO**

Padrão

## **LEGENDA**

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(palavra) → siglas ou nomes próprios.

---

(INÍCIO)

[00:00:00]

Marco: É uma reunião extraordinária, então, com uma pauta única. Conferido quórum? Temos quórum. Conferido, temos quórum, então. Eu vou ler o (e-mail) [00:00:28] que foi enviado aqui para justificar a ausência de conselheiro. Foi encaminhado no dia 27 às 10 e 25 da manhã, comunicando que não será possível participação do senhor (José Aparecido da Silva), secretário de políticas sociais dessa federação, e membro titular do (Conselho Estadual de Saúde), pois o mesmo está em viagem para (Brasília) e retornará somente na segunda feira. Então, faz essa comunicação aqui o membro da (FETAGRI), registrada. Expediente relevante, consulto, tem? Conselheiro (Orlando), conselheira (Elizabete), conselheiro (Oscarlino), na ordem então, por gentileza, conselheiro (Orlando).

Orlando: Boa tarde a todas e a todos desse pleno. (Orlando), (SINTEP), segmento usuário. O expediente relevante, presidente, rapidinho, é sobre uma situação ainda pendente, embora nós estejamos no prazo ainda do parecer, lá do (RAG), é que tem um inquérito civil que a doutora (Flávia), até nós ouvimos a fita ontem, e aí nessas informações de resolução ela falava sobre o inquérito civil e esse é um ponto que ela vai nos ajudar a esclarecer e o outro, o (Paulo) não está aí, não sei se todos e todas receberam o (RAG) 2013, 2014, mas o (RAG) 2013, 2014 continua com inconsistência. Então, as informações não foram disponibilizadas no (RAGSUS), então não tem como a gente dar o parecer com relação à avaliação do (RAG). O que a gente pode dar parecer é com relação à inquérito civil, o que consta nesse inquérito civil e aí, (Luciana), acho que poderia estar vendo com a doutora (Flávia) para a semana que vem, pra gente averiguar isso. Se não for possível, na reunião ordinária. Né, (Ana)? A gente encaminhar isso, a gente marca um outro momento com segurança para estar levando ao conhecimento do pleno. É isso.

Marco: Obrigado, conselheiro. Conselheira (Elizabeth).

Elizabeth: Boa tarde. Eu sou (Elizabeth), representante da (Federação das Santas Casas, Hospitais Filantrópicos). Como eu já disse anteriormente as (Santas Casas), hospitais filantrópicos estão numa situação extremamente grave e a (Confederação das Misericórdias do Brasil) conseguiu no dia 2 de setembro, na próxima quarta feira, que nós tenhamos uma audiência no Senado com o (Renan Calheiros) e vários outros pra tentar fazer algum tipo de movimento pra se conseguir algum tipo de verba pra melhorar esta situação, porque está caótica. Então eu quero deixar aqui meu

convite, e quero convidar especialmente ao nosso secretário para estar lá. Presidente.

Marco: Obrigado, conselheira. Conselheiro (Oscarlino).

Oscarlino: Boa tarde a todos. (Oscarlino), segmento trabalhador, (SISMA), (Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso). Só com relação no expediente relevante fazer um comunicado e um convite a todos os conselheiros que agora o Sindicato lançou na data de ontem, assinamos um contrato com doutor (Bruno de Sá), ex Secretário de Administração do estado de (Mato Grosso), funcionário público, (expertise) [00:04:23] na área de previdência pública, nós fechamos um contrato inédito com ele e a partir agora do dia 14, 15, 16 e 17 convidamos, aqui no (Hotel Fazenda Mato Grosso), estaremos ministrando um curso de previdência com o tema aposentadoria do servidor público da saúde, aberto a todos os filiados e não filiados ao sindicato. Começaremos com essa turma piloto aqui no (Hotel Fazenda Mato Grosso), já com uma previsão aí de 600 trabalhadores inscritos. São 2 turmas, a primeira turma no dia 14 e 15, são 8 horas a carga horária do curso. A segunda turma 16 e 17 de setembro, e aí estaremos indo para o interior do estado ministrar a todos, levar o curso de aposentadoria e preparo aos trabalhadores no interior também, então por ordem de quantitativo que a gente tem de filiados, até por uma ordem lógica, estaremos dia 3 de outubro em (Rondonópolis), depois no dia 10 estaremos em (Cáceres), no dia 17, aqui em (Cuiabá) o horário do curso será a partir das 19 e 30 às 10 e 30 sem o comprometimento da jornada de trabalho do trabalhador do ponto, e no interior serão realizadas as turmas no sábado, o dia todo. Então, dia 3 em (Rondonópolis), dia 10 em

(Cáceres), dia 17 em (Sorriso), 24 em (Colider), e aí nós temos mais 4 datas fechadas também até o mês de dezembro, onde a gente vai estar organizando as turmas para poder levar para os escritórios regionais. Independente do quantitativo, se tiver um, 2, 3 trabalhadores, nós levaremos o palestrante e ministraremos esse curso de formação e preparo para a aposentadoria e direitos funcionais que o trabalhador tenha. Obrigado, todos convidados.

Marco: (Oscarlino), por gentileza, as datas daqui.

Oscarlino: (Cuiabá), 14 e 15 no (Hotel Fazenda Mato Grosso).

Marco: Do 9, né?

Oscarlino: Das 19 e 30 às 10 e 30, 2 dias. Cada turma 2 dias pra não comprometer. E no interior será o dia todo às 8 horas, aos sábados. Todos convidados.

Marco: Obrigado, conselheiro. Conselheira (Ana Boabaid).

Ana: Boa tarde a todos, (Ana Boabaid), (Núcleo de Estudo e Organização da Mulher). Eu gostaria de saber se a gente pode pautar, se a gestão poderia estar pautando essa questão da interiorização, da descentralização que se faz necessária, inclusive está no artigo segundo da lei complementar 22, no artigo sétimo, quer dizer, a descentralização. O Consórcio, nós estamos aqui com um material que eu não sei nem de onde veio, acho que foi a secretaria geral que nos demandou, falando que o governo afirma convênio com os consórcios de saúde. Só que, salvo engano, não passou por esse pleno. E eu tenho certeza que isso se faz necessário ter uma pauta, e que esse Conselho tome conhecimento e

delibere também sobre isso porque isso aqui fala de política de saúde e financiamento. Então, isso que eu queria colocar.

Marco: Obrigado, conselheira. (Adriana Balsaneli).

Adriana: Boa tarde, segmento usuário, (CGTB). Queria perguntar para o conselheiro (Oscarlino). É o (Bruno Martins), (Oscar)? (Bruno Martins), né? Tá certo, obrigado. Era só isso.

Marco: Obrigado, conselheira. Conselheiro (Ambrósio), por favor.

Ambrósio: Só pra questão de esclarecimento, senhor presidente. Conselheiro (Ambrósio), (Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes). Eu gostaria que a mesa diretora debatesse e trouxesse para esse pleno o que é assunto relevante e explicasse aos demais conselheiros, porque às vezes eu sinto que mais parece informação.

Marco: Registrado.

Ambrósio: Obrigado.

Marco: Nós já temos dado da próxima mesa diretora? 19, é, mas aí já fica registrado então esse pedido, e aí a mesa diretora também trata o pedido da conselheira (Ana Boabaid) pra gente deliberar pra próxima pauta. Tá? Perfeito. Algo mais? Não? (Sueli), por gentileza.

Sueli: Boa tarde a todos. (Sueli), segmento usuário. Nós recebemos, acredito que todos receberam, todos os conselheiros, uma convocação pra audiência pública na Assembleia Legislativa, dia 31 às 15 horas, sobre a lei (Candir). Aí eu acho que se não abrir o (e-mail), às vezes, agora à tarde, é bom dar uma olhada. Tá?

Marco: Dia 15 às 15 horas? Dia 31, às 15 horas. A presidência da Assembleia que faz, mas a demanda é do deputado (Wilson Santos). Bom, vamos então à pauta propriamente dita, que é apresentação, discussão e deliberação do (PES) (PPA 2016 19), aí nós vamos fazer uma mixagem aí da apresentação, a (Luceni) como superintendente vai apresentar. E depois seria você, (Orlando), pela comissão, que faria as ponderações, né? (Luceni), por gentileza.

Luceni: Boa tarde. Bom, a ordem da apresentação hoje foi determinada conforme as reuniões da comissão. Então, na realidade ela está trazendo as respostas aos encaminhamentos, certo? Bom, diante dessa discussão hoje, na realidade, é uma continuidade, porque a gente ainda continua na mesma pauta que é de validação do (PESPPA), mas a pauta de hoje especificamente é pra discutir os encaminhamentos da extraordinária da semana passada, então são temas mais específicos. Então, tem os encaminhamentos. Quais foram esses encaminhamentos? O detalhamento das receitas, as receitas que compõem a base de cálculo pra apuração dos 12% em saúde, do mínimo em saúde, o cenário fiscal, uma coisa é o histórico disso e a outra coisa é o que a gente tem pra o período de 2016 e 2019. A mesma coisa, os mesmos dados, só que pra futuro, a partir de 2016. Detalhamento também, porque na outra reunião ele estava agregado. O item 3, que foram pontos colocados durante a reunião da comissão, alguns esclarecimentos sobre base de cálculo, por exemplo, do (IPVA) e dos repasses da lei (Candir). Outro ponto que foi colocado também foi a questão de como tratar os recursos judiciais dentro do (PPA) e foram apresentadas algumas propostas, então esclarecimento a estes encaminhamentos, que é a pauta desta

apresentação. Bom, então com relação ao primeiro item, a primeira coisa que foi feita foi olhar de como era composta essa receita pra poder estabelecer uma série histórica. Então está todo o material que a gente vai apresentar, todos os dados, em função do tempo que a gente tinha pra preparar o material, os dados que vão ser apresentados aqui compõem, representam o mínimo que está previsto na lei 141 de 2012. Então ele está distribuído em 3 blocos. O primeiro bloco atende os impostos que diz ou que se refere o artigo 155, 157 e 159 da Constituição Federal, que está previsto lá no artigo sexto da lei 141. Esse conjunto de tributos, são estes ali, o (ICMS), o adicional de (ICMS) sobre o fundo da pobreza, o (IPVA), o causa morte, cota, a cota parte de (FPE), (IPI) das exportações, imposto de renda, isso atende o disposto no artigo sexto. Certo? O que está disposto no artigo nono diz respeito aos rendimentos ou à remuneração dessa receita tributária. Então tá lá multa, juros e mora de impostos e da dívida tributária e a receita oriunda dessa dívida. E aí, a lei (Candir), as transferências da lei (Candir), que na hora dos dados eu coloquei junto com esses 3 últimos itens. Bom, então, a primeira parte mostrando o conjunto de impostos ou de receita que compõem essa base de cálculo, foram colocados aqui, uma evolução histórica nos últimos 5 anos do (IPVA), (ICMS), que está previsto no artigo sexto da lei 141. Então é só uma evolução histórica para os conselheiros perceberem aqui como foi o crescimento dessas receitas. É claro que o carro chefe é a arrecadação de (ICMS). Isso aqui são os últimos 5 anos. Outro conjunto, ainda no artigo sexto, só que é o conjunto de tributos que visa atender ao artigo 157 da Constituição Federal, o fundo de participação dos municípios, imposto de renda retido na fonte e o (IPI), parcela do (IPI) sobre as exportações. O outro, já agora atendendo o artigo nono, lá em cima acabei esquecendo

de corrigir, atendendo o estabelecido no artigo nono da lei 141 e da lei (Candir), foram levantados esses dados, as multas e juros, receita da dívida ativa de impostos e a transferência da lei (Candir), está a evolução neste quadro. Nesse daqui, o maior a multa e juros da dívida tributária. Aí tem um quadro, foi feito um quadro resumo. Naqueles gráficos está detalhada a receita arrecadada ao longo desses 5 anos. Neste daqui foi colocado um quadro já consolidando a primeira linha, a linha A, mostra um total, que é o que está somado lá atrás, o total da receita pra aplicação. Então, de 2010 até 2015, lembrando que 2015 são dados ainda preliminares que a gente não fechou o ano. Certo? Nós temos dados ali até o mês de agosto, em alguns até o mês de julho, depende da base de dados. Bom, então o que esse quadro está mostrando, o que ele mostra? Que a partir do total, aquele quadro de receitas que nós tivemos ali arrecadado, ali já é consolidado, os 5 milhões lá em 2010, em 2014 7 vírgula 9. Então, de acordo com a lei 141 os 12%, está lá na linha B, que seria o mínimo que deveria ser repassado. Certo? Na linha C é o que realmente foi repassado pela Secretaria de Fazenda à Secretaria de Estado de Saúde. Então a linha A é o devido, é o que a gente tem direito com base na receita, a linha C é o que a (SEFAZ) passou de fato, a D é o total das despesas, ou seja, recebemos da (SEFAZ) 519, aqui 1 bilhão e 15 em 2014, e a linha D em 2014, 963 milhões. Em 2015 nós já recebemos 666 milhões e já temos uma despesa de 482 milhões. A linha E está mostrando a diferença entre a receita devida, os 12% que a gente tem direito, certo, e aquele que a (SEFAZ) repassou. No início ali a gente tá vendo alguns números em vermelho, e em 2015 também porque 2015 ainda não fechou, esse percentual automaticamente vai aumentar. Aí o que eu queria chamar atenção pra esse quadro que, conforme a gente conversou

na comissão, nós temos que para fazer um levantamento pra discutir os pontos, que são pontos ali que a gente tem que discutir mais, mas o tempo não foi possível em função de que a gente precisa de uma outra base de dados, de confrontar outros relatórios, mas de forma preliminar isso são dados oficiais, mas a gente ainda precisa de mais dados, de contar, de tabular, de sistematizar mais dados pra poder ver se realmente podemos afirmar que aquela diferença é, de fato, deve de fato. Como, por exemplo, precisamos ainda olhar a questão dos restos a pagar, nós precisamos verificar a questão de recursos da judicialização e assim por diante. Porque? Porque esses são dados que às vezes não estão disponíveis ainda, ou não é que não está disponível, não foi possível a gente fazer essa análise nessa semana em função do tempo, mas o quadro é importante que ele leva a gente a fazer essa reflexão. Porque a pergunta é assim, você tem uma diferença ali entre a receita devida e a liquidada de zero 10, ou de 100 milhões porque a tabela está em milhões, então parece que é pouco, mas a gente precisa, porque os dados precisam bater, então é essa coisa que a gente ainda precisa afinar. Mas feito isso, de acordo com os dados oficiais, mesmo a gente tendo que buscar algumas explicações para alguns pontos. As fontes aqui são as fontes da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Planejamento, então são relatórios oficiais que estão abertos pras pessoas consultarem. Então nós temos ali os percentuais que foram repassados à saúde, ou seja, de acordo com esses dados nós estamos dentro dos limites estabelecidos. Em alguns anos, um pouco acima. Agora, o que é essa segunda parte? Já que a nossa proposta maior é a validação da política, porque trouxemos os dados históricos, pra gente poder ter capacidade de análise, e se a política visa a partir de 2016 então a gente precisa saber como ela foi, o financiamento

dela como foi projetado. Então, é o mesmo raciocínio. É o mesmo conjunto de fonte de origem de recurso, só que agora com estimados. Aquele que a gente acabou de ver, executado, agora valores estimados. Então, esse quadro mostra o cenário para o qual foi passado recursos para nós. Então nós temos ali um cenário que mostra que a receita, o crescimento da receita, eu já coloquei ali na frente mas já vou antecipar aqui, que se trabalha com um cenário bastante, digamos, ainda em função até da conjuntura, um cenário conservador. Mas a gente vai perceber que em função da forma como se vinha estimando receita, isso aqui é estimado, tá escrito lá em cima, a gente vai perceber que de 2015, com base no que foi previsto pra 2015, o saldo é maior. Depois, ela dá uma estabilizada porque a prática era de subestimação. Isso são coisas que também a gente pode trabalhar depois, vocês vão perceber que se olhar as receitas que vem previstas e as executadas, sempre tem um valor a mais porque se previa valores, isso é prática de qualquer Secretaria de Fazenda, ela sempre vai com mais cautela e trabalha com mais cuidado do que por um valor estimado muito alto. Então a gente vai perceber um pouquinho de diferença. Mas em linhas gerais o cenário para 2016 e 2019 mostra que, primeiro, nós estamos considerando valores mínimos, são os 12% do cenário pra saúde, que são 12%. Mas o 12% foi trabalhado com crescimento, e aí é o destaque pra saúde que está com percentual maior, nesse período dá em média de 14% considerando o ano de 2015. Se a gente considerar só os 4 anos futuros, aí essa margem de crescimento é um pouco menor, em torno de 9 e meio de um ano pro outro, como por exemplo, eu saio de 1 e 400, 9 e meio vou chegar em 2019 com um bi e 500. Esse foi o cenário trabalhado pela Secretaria de Planejamento. Então tá aqui o total de recursos. O total de receita do qual sai os 12% pra nós,

esse conjunto aqui. Aí aqui a única diferença é que entra ali uma receita que perante o universo das outras é pequena, mas é mais uma receita, que é de (IOF) sobre o ouro, e o imposto cobrado a partir de 2013, o (ICMS) do fundo da pobreza, que entra nessa contabilização aqui, só que ele só aparece de 2013 pra cá. Bom, então, esse mínimo aplicado aqui e o valor total dessas receitas é esse quadro aqui. Então o total das nossas fontes sai de 9 milhões ponto 7, e vai pra 12 milhões ponto 2 em 2019. Essa é a evolução da receita tributária da qual sai os 12% da saúde. Diante disso, considerando um cenário, ela trabalhou com 12% então esse dinheiro, essa fonte da saúde, vai crescer de 1 ponto 100 pra 1 ponto 5 ao longo desse período. Isto posto hoje, inclusive é uma prática que provavelmente vai ser trabalhada, se estamos trabalhando com um cenário já pra desdobrar a (LOA), ela já teve ajuste e no caso, ainda pequeno, mas mesmo pequeno foi pra mais, então o desdobramento da (LOA) já está sofrendo ajustes, e isso pode acontecer assim que tiver alguma mudança bastante acentuada nas variáveis de cenário. Bom, aqui é a taxa de crescimento, que é o que eu falei lá atrás. Em função da prática de sub estimativa das receitas se a gente pega a receita estimada de 2015 ela está bem abaixo. Este governo está querendo trabalhar com uma receita, apesar de ser estimada, mais próximo de uma realidade. Isto quer dizer que, não que esses números não vão pra mais ou pra menos, mas não tão distante, tão grande a variação, porque está se trabalhando, criou se um cenário pra poder acompanhar isso e ajustar ao longo dos 4 anos. Então, olha ali, de 2015 pra 2016 nós temos uma diferença entre o que estava previsto lá e o que foi estimado pra 2016, um saldo de 26, mas tem que considerar a sub estimativa lá em 2015. Agora, a hora que vem pro ano, já trabalhando com uma receita mais bem planejada, pode ver que já

começa a ganhar uma certa estabilidade na taxa de crescimento, de 8 pra 10, pra 11. Então, não é uma coisa tão fora da realidade. Bom, aí seguindo os pontos lá dos encaminhamentos, outra coisa que foi questionada era algum esclarecimento com relação à base de cálculo dos tributos, mas como o (ICMS), o imposto de renda, já são coisas mais comuns na vida da gente, a gente já tem mais traquejo sobre ele com relação à base de cálculo, foi nos perguntado com relação à lei (Cadir) o (IPVA). Bom, então foi levantado o seguinte, ali eu coloquei como exemplo, eu peguei 2014 só pra gente ver como funciona o cálculo, todos esses dados que estão aqui são dados oficiais realizados nos relatórios. Como eles são muito grandes, a gente sintetizou. Aí, por exemplo o (IPVA), de onde vem a receita do (IPVA), aquela receita ali atrás que a gente tira 12%, pega se o valor arrecadado no estado, então esse é um valor real arrecadado informado pela (SEFAZ) de 467 milhões, 50% é do Estado, 50% é do Município, contra parte dos municípios. Os 50% da contra parte do Estado a gente aplica os 12%, simples assim, é o que repassam pra saúde. Aí o conselheiro (Orlando), a gente discutiu isso, que poderíamos verificar, né conselheiro, acho que está na fala dele, que podemos buscar alguns outros acórdãos que mudam esse percentual, mas em tese, nos instrumentos legais, é 50%. Então a gente está considerando, mesmo que depois a gente possa ir procurar saber qual está valendo, mas hoje é o que está posto. Com relação à lei (Candir) também o raciocínio é bem simples. A lei (Candir), o repasse para o Estado é de 28 milhões 385 fixo ao ano, todo ano ao longo do período analisado foi exatamente aquele valor de 28 385, até os centavos. Aí, o que a gente faz? Aplica 12% em cima, então a lei (Candir) dá origem a 3 milhões de reais na composição dos 12%. Certo? Então os 12% da lei (Candir) significa 3 milhões ao ano a mais na receita da Saúde.

Aí nós fomos também questionados com relação à porque a lei (Candir) ao longo do período, mas é que por causa de alguns dados nós encurtamos a série histórica, mas desde 2003 se a gente pegar a série toda ela é esse valor fixo. Então é outro tema que a gente precisa aprofundar, fazer uma leitura, e aí surgiu a discussão do dia 31 com relação à isso porque tudo isso está amarrado à questão da lei (Candir). E aí a gente tem que fazer uma leitura sobre isso pra saber porque fica fixo o valor de 28, mas é isso que está posto. A outra coisa que foi questionada também, presidente, e a gente até já começou a buscar fundamentos, é com relação ao (FECS), porque o (FECS) não compõe, e a própria Secretaria de Planejamento me respondeu que ela também ao fazer os cenários questionou, só que ela está fundamentando também o porque, porque a lei (Candir) e o (FECS) são atrelados e a gente precisa de explicações fundamentadas, e aí estão providenciando isso pra poder subsidiar essas respostas pra nós. Bom, então eu coloquei dessa forma porque foram os 2 tributos que foram mais destacados. Aí, claro que o (ICMS) é 25% pro município, dos 75 tira os 12%. Certo? O imposto de renda, 20% pro município, o resto é considerado pra passar pra Saúde. Os demais é direto, como é o caso do imposto de renda, vem e já passa os 12%. Todos eles são diretos. Isso foram temas de discussão na reunião de comissão, tá registrado, e como o tema era bastante grande então vou fazer só um resumo do que a gente discutiu, mas é um assunto que foi colocado, inclusive a gente precisa também trabalhar mais com relação, pra poder explicar alguns movimentos na receita, porque sempre tem, por exemplo, porque o (ICMS) aqui ou aqui teve essa variação, uma coisa que é bastante interessante, está disponível no (site) [00:32:49] da (SEFAZ) relatórios que não são tão difíceis de a gente fazer a leitura, mas ele ajuda bastante

algumas explicações com relação a essas quedas dos dados que a gente está apresentando aqui. Queda, não, movimentos pra mais ou pra menos. Bom, com relação ao tema judicialização, que foram colocados alguns pontos, o que a gente pode entender e que já é de entendimento dos conselheiros, mas como foi colocado a gente levantou alguns dados. E aí lembrando também, principalmente 2015, a gente esperou alguns relatórios pra gente confirmar valores porque tem alguns valores que a gente precisa esperar, por exemplo, com exatidão, final do ano, pela forma com que é tratada essa questão, os bloqueios. Então foi perguntado com relação aos bloqueios pra nós de 300 milhões. Isso inclusive eu vou tentar falar só a minha parte com relação ao entendimento técnico que eu tive. Porque a pergunta saiu porque no (PPA) foi considerado uma programação pra sentenças judiciais. Então foi aí que esse tema entrou. Bom, da pergunta que foi feita durante a reunião de comissão é com relação à quando o dinheiro é bloqueado pelo Tribunal de Justiça, o problema está posto com relação ao impacto no orçamento da saúde quando ele é bloqueado. Porque o que a justiça está fazendo, bloqueando na conta do Tesouro. E ela bloqueia em qualquer conta às vezes. Bloqueia no da saúde. Certo? Aí a gente percebeu ao analisar os dados que ao longo do período analisado o dinheiro com a judicialização, os gastos com a judicialização, aparece pulverizado em diversos programas. Então, do ponto de vista técnico foi isso que a gente observou. E a informação que a gente tem é que não houve, não tem bloqueio de 300 milhões. A assessoria que cuida disso lá na (CES) disse que existe em média um bloqueio de 3 milhões na conta do Tesouro, não 300 milhões. Agora, é coisa que a gente precisa levantar em termos de os programas onde estão, isso no período que foi analisado é possível levantar, que são

aqueles dados que a gente colocou ali. Uma evolução histórica dos gastos com processo, pra atender as sentenças judiciais. Então, de 2010 a 2014. 2015 a gente não conseguiu conferir alguns dados por que o relatório só fecha quando faz o confronto de contas entre todos os órgãos, e aí o dado não estava bem consistente, eu não coloquei. O último, terminando, é ainda seguindo a mesma orientação. Foram também sugeridas aqui algumas inclusões de ações no (PPA). Então uma delas, já estou fechando, uma delas foi a proposta do conselheiro (Oscarlino) de que tinha que inserir a ação relacionada à ampliação do quadro. Então qual é a proposta, qual foi a proposta feita também em trabalho na comissão, qual foi a proposta dita, ou pra atender o pedido do conselheiro? A questão do trabalho foi tratada como relevante ou como estratégica durante o processo do (PES) e do (PPA) ao ponto de ter dado, de ter construído um programa de governo pra cuidar desta questão. E aí, como um programa vem pra tratar de problemas, então estaria contido o problema, a questão da força de trabalho foi discutida ali. E como um programa tem um conjunto de ações pra atender as causas desse macro problema, nós sugerimos que a ação que o conselheiro estava propondo seja considerada, seja contemplada dentro desta ação, ação 30 do programa 78, que trata da gestão do trabalho e da educação, a ação, deixa eu abrir aqui, a ação implantação, ação 3361. Diante das discussões que levaram a esta ação, aí é uma sugestão da superintendência de gestão estratégica partindo de procedimentos, como foi construída a ação, ela estaria bem alocada dentro desta ação em nível de medidas porque nessas medidas que foram desdobradas aqui não está contemplada de forma clara o que o conselheiro está pedindo. Então ela entraria aqui porque as medidas são a forma de operacionalizar o que está se falando de implementar a gestão

do trabalho em saúde. Eu preciso fazer diversas ações pra fazer isso, uma delas é a questão da ampliação do quadro de funcionários, eu, não me lembro bem o nome, como você colocou. Então daí a proposta seria essa com relação à ação do conselheiro (Oscarlino). A outra, com relação à realização do concurso. A operacionalização do concurso público está num outro programa, que é só a questão de contratação de logística, essa coisa, que seria um outro tema, mas a proposta dele seria contemplada aqui. O outro seriam as ações do conselheiro (Carlos). O conselheiro passou uma lista de ações, aqui eu estou respondendo às propostas porque a comissão entende que na comissão ela discutiria as questões orçamentárias, a composição da receita, mas aí a gente tá respondendo pro conselheiro. Todas as recomendações, conselheiro, que foram colocadas aqui, também já te respondi por (e-mail) [00:40:46] sugerindo que ou elas já estão ali, ou elas podem ser incluídas em nível de medida ou de tarefas dentro de uma ação do programa de reordenação da gestão, que é ação de fortalecimento das instâncias de controle social. Inclusive tem algumas com relação à conferência que a conferência, o conselho, a assessoria técnica, elas já estão contempladas. E aí eu volto de novo a falar, quando fala fortalecer as instâncias a gente ainda não enxerga esses detalhamentos. Então quando a gente olha para os detalhamentos e algumas medidas, aí eu vi que tem da conferência, que nós já trabalhamos com o Conselho, que já aparece, nós desdobramos. Essa ação de fortalecimento das instâncias nós desdobramos em grandes medidas pra atender as instâncias conferência, Conselho, ouvidorias. Só que agora nós precisamos, a partir da semana que vem, detalhar em tarefas, em ações menores pra ficar mais claro, pra aparecer algumas das demandas que estão aqui que às vezes não estão aparecendo lá naquele nível de medida.

Outras talvez estão. Ou reformular. Então aí, conselheiro, a sugestão também da superintendência de gestão é que dentro desta ação, inclusive aqui vão estar em 2, no programa 76 que é o de reordenação da gestão dentro do programa de fortalecimento das instâncias, e também pode ter alguma outra de gestão, também nesse programa, e também no programa de gestão do trabalho e de educação algumas outras, como é o caso da questão do concurso. Certo? A ação comporta. Então vamos falar de outra forma, as ações que estão previstas comportam, pode não estar clara lá. Aí a gente precisa escrever de forma mais clara. Certo? Algumas que estão aqui precisam ser incorporadas lá. Bom, feito isso, aqui eu só trouxe a ação pro conselheiro, também do mesmo jeito que eu coloquei a outra, uma das ações seria esta, né? Ela comporta, as propostas se alinham. E aí a gente precisa desdobrar, nós precisamos desdobrar dentro da ação fortalecimento, a ação 25 18, fortalecimento das instâncias, nós precisamos desdobrar. No nível de medida, a gente já começa a enxergar mais as ações, e aí a gente precisa, algumas talvez possam ser tarefas, outras tem que aparecer ali como medida. Isso a gente precisa trabalhar. A medida é uma ação pra gente fazer aquilo que está sendo proposto, que na realidade, tudo aqui é uma ação, conselheiro. Certo? Tudo é uma ação, só que tem umas mais agregadas e outras mais específicas, então é só esta a diferença. Falando das inclusões, os pontos que foram levantados seriam estes, e aí agora passo a fala pra comissão.

Marco: Conselheiro (Orlando), por favor.

Ambrósio: Eu fiz um questionamento e também foi com um propósito porque não dá pra se perceber no (PPA), aquela pergunta que eu fiz, a questão das despesas dos exercícios anteriores. Eu não sinto aí em

questão da saúde pagando essa aí. Eu não vejo, não tem nenhum programa, nenhum projeto, ação ou medida que nos demonstre, aqui para o pleno do Conselho, é essa a tomar a decisão.

Marco: Tá, obrigado, conselheiro. Conselheiro (Orlando), por favor.

Orlando: Bom, (Orlando), (SINTEP), segmento usuário. Em nome da comissão, fazer alguns contrapontos e no decorrer da minha fala os companheiros da comissão podem intervir, tá? (Ana), (Bete) e (inint) [00:46:07], ok? É o seguinte, primeiro dizer que houve uma mudança, mudou se a dinâmica, realmente mudou a dinâmica. Durante essa semana nós fizemos aí um verdadeiro arregaço aí sobre esses estudos, sobre essas informações, tudo com base que a lei nos reza, nos permite, tanto a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a lei complementar 141, nenhum momento a comissão desse pleno e a equipe comandada pela (Luci) navegou, ou seja, sonhou, a gente foi mesmo com base na lei. E ali na planilha, não foi 100% trabalhada junto, mas 70% foi trabalhada junto à comissão e à equipe técnica, então vários itens foram contemplados principalmente pela nova dinâmica que foi constituída que cumpre o dispositivo principalmente da lei complementar 141, que atende todas as demais leis. Alguns pontos, que eu não diria de divergência, mas de reflexão. Por exemplo, quando o Estado trabalhou com uma receita líquida de 6980 milhões, acho que aí um pouco atende a intervenção do companheiro (Ambrósio), então quando o estado trabalhou em 2012, por exemplo, 2013, com um orçamento de 980 milhões, o custo da máquina foi maior que o custo da folha de pagamento, trabalhou com uma média de 514 milhões com a máquina e trabalhou se com a média de 468 milhões com a folha. E aí, como por exemplo, a antiga Secretaria da

Administração, que agora é a (SEGES), que na realidade é a secretaria central, acaba acumulando todo o custeio da máquina. E aí alguns pontos que precisa a gente aprofundar mais, mas a gente não vai ver tanta dificuldade. Por exemplo, já foi admitido até inclusive pelo próprio secretário da administração que ainda não foi resolvido a questão do custo da previdência que ainda onera saúde e educação quando vai se trabalhar lá o custo mínimo dos 12%. Mas nós já temos dados que não foi possível a gente apurar 100%, mas já deu pra gente apurar parte dele. O outro é com relação ao (IPVA). Existe um acórdão, ainda lá do governo (Dante Martin de Oliveira), esse acórdão do Tribunal de Contas que rezava que o (IPVA) era 75% que ficava no estado e 25 para o município, que aliás a (Ana) fala que isso é injusto com os municípios. Melhor manter essa base de cálculo de 50% para o Estado e 50% do município, ou seja, o Estado tem lá uma arrecadação, que na realidade pra mim o (DETRAN) não é um órgão arrecadador, pra mim o (DETRAN) é um órgão operador de código de barra, quando você vai fazer o licenciamento do veículo você vai pagar pra circular com o veículo, mas na realidade é uma arrecadação da (SEFAZ). Então esse cálculo de 75% é uma folga de recurso hoje pra saúde, mas a gente não quer trabalhar de forma leviana, nós queremos encontrar esse acórdão, que se tá mantido 75%, a gente ir buscar essa diferença aí a favor do estado. Com relação à questão ainda dos 3 anos anteriores, que está constando nesse último (PPA), nós tínhamos lá uma pendência de 2011 pra 2012 de 7 milhões, não sei se as conselheiras e os conselheiros se recordam, esses 7 milhões foram considerados na planilha como valores cancelados, mas até os autos que eu conferi no (SAGSUS) ainda de 2014 esses 7 milhões não teve o destino. Ou seja, ele tem que ter uma informação mais precisa no (RAG) até 2014. Só pra título de

socialização que ele não tem, assim, tanto impacto na estimativa lá do (PPA) 2016, a (LOA) de 2016, perdão. A outra questão, era também uma preocupação nossa, da comissão, e nós ainda não terminamos essa busca de informação mas pra nós ela é relevante, é que em 2012 pra 2013 vários municípios, vou citar os municípios, (Água Boa), (Barra do Bugres), (Pedra Preta), (Barra do Garças), (Cáceres), (Itiquira), (Itanhangá), (Jaciará), (Nova Garita), (Poconé) e (Peixoto de Azevedo), esses municípios não fizeram o dever de casa. E como eles não fizeram o dever de casa mas tinha demanda pra atender dos municípios, a União não cortou o recurso do município, ela repassou para o estado, 2 milhões 540, 2 vírgula 5 milhões. Então, esses recursos, eu consegui falar com 2 municípios, (Nova Garita) e (Pedra Preta), (Pedra Preta) por exemplo tinha uma confirmação de R\$ 192.000,00, então na média de 200, 300 mil por município. Então o grave aí é que esses 2 vírgula 5 milhões vem pela fonte 112. Então se ele vem pela fonte 112 para o estado, ele não foi repassado para os municípios porque os municípios não haviam cumprido seu dever de casa, pra nós o grave aí é que esses recursos foram contabilizados ou inseridos nos 12% de receita, que não pode acontecer mais nessa projeção que a gente está fazendo aí do (PPA). Então, aí a outra questão que pra nós também é relevante dentro já do estudo que foi feito, que a equipe técnica representada pela (Lucy) aprofundou, e a gente vai ter que chamar, chamar não, mas levar ao conhecimento público, que o Tribunal de Contas, através da lei 1459, eles são também obrigados agora a não só olhar o percentual. O Tribunal de Contas é obrigado, além de olhar o percentual de recurso, que a análise que era feita era só um pouco do resultado, então além de analisar o percentual e o resultado mas fazer a devida conferência do que é a execução orçamentária. Então, isso já

mudou de figura, então já tá mais dentro da lei, do cumprimento da lei 141. Com relação ao imposto de renda na fonte, tem 2 itens. Um, que é com relação aos servidores, esse tá mais simples de a gente detectar. Mas com relação à contrapartida do Estado que também tem um percentual de recurso pra saúde, que não deu tempo de a gente detalhar, mas a gente vê aí a certeza de a gente angariar mais recursos. Agora, pra concluir, em termos de dados, pra nós o mais grave é com relação à judicialização, porque a judicialização, e nós verificamos que realmente é bloqueio na conta do Tesouro e quem disse que tinha bloqueado 300 milhões foi o próprio judiciário, e a (inint) [00:55:11] apresentou aqui o custo de 100 milhões, acho que parte a (Lu) já me contemplou, mas quando bloqueia os recursos do Tesouro do Estado acaba bloqueando aquilo que é líquido e certo pra saúde, como é pra educação. Lá no artigo nono da nossa lei complementar 141 ela dá menção aos processos administrativos judiciais. E a partir do momento em que há um bloqueio do recurso do Tesouro do Estado, de 2 ou uma, nós temos que ter clareza disso, ou o Judiciário presta conta desses recursos, não sei como eles vão prestar contas, ou tem que adicionar esses valores em favor da saúde porque de alguma maneira, de alguma forma, quando bloqueia esse recurso do Tesouro geralmente são as liminares para garantir a compra de remédios para cirurgia, não é isso, que é de alta complexidade. Se a gente for verificar, é 99 vírgula 9% nisso. Então a leitura que eu faço é a seguinte, é uma coisa ou outra. Não, a receita que a gente projeta, da receita líquida mais o convênio, mas alguns convênios que a gente também não pode confiar muito, pode ter convênio, pode não ter, mas a Vigilância Sanitária, que é receita líquida também do estado, nós projetamos, sem ser tão otimista assim, sair de 1 vírgula 4, já aparece lá 1

vírgula 5, pra chegar a 2 bilhões. São projeções que a gente vai atrás. Agora, se é verdade que os 300 bilhões, 100 bilhões ou 100 mil, bloqueados na conta do Tesouro, não tem uma relação direta com a saúde, aí eu pergunto, a atribuição do Conselho é analisar o (RAG). O que o Judiciário está ordenando enquanto recurso que, pra mim, é sim da saúde, quando compra remédio e paga cirurgia, então não somos nós que vamos avaliar a conta do Judiciário. Significa dizer então que nós não podemos inserir nos 12% esses recursos mesmo sendo bloqueado na conta do tesouro. Tem um pouquinho mais de divergência sobre os estudos, o debate que a gente fez, mas é de duas, uma. Acho que aí, nesse caso, a gente teria condições de avançar. Pra concluir, de verdade, os insumos, que faltavam alguns, os insumos na ordem do dia seriam o (ICMS) garantido, a lei (Candir), (IPI) exportação, que falta alguns dados para gente avançar, imposto de renda na fonte, o (IPVA), o (TCD), a dívida ativa. E aí, com relação ao (FPE). O (FPE), primeira coisa, quando o (Carlinho) vai tomar um copo de pinga com limão, que eu sei onde ele vai tomar, ele paga naquele copo de pinga R\$ 1,00. Certo, (Carlinho)? Com limão, né? Então, daquele R\$ 1,00 tem lá o percentual de imposto da pinga. Certo? (Carlinho), pinga com limão. Aí tem um percentual de imposto naquele copo de pinga que ele tomou. Então vamos supor que ele pagou lá 40 centavos de imposto. 14% daquele imposto é receita do município de (Cuiabá). 25, 24% é a receita líquida do estado, e a diferença, que é maior, vai pra União. Então, automaticamente já tem o corte. Então a maioria do recurso desse R\$ 1,00 automaticamente vai pro estado, esse imposto do (ICMS), o (ICMS) da pinga, e fica pro município lá 14 centavos, que é o percentual menor, e 24% pro estado. Então, essa é uma coisa. Então os 14% da pinga que ele tomou é a receita líquida da saúde,

entendeu? Essa é uma coisa. A outra coisa do (FPE), que aí é que mora o perigo, e também do (FPN) no caso do município, é que quando ocorre a transferência para o estado desses valores, acaba sendo considerado 100% desse valor como (angariando) [01:00:23] recurso dos 12%, e na maioria das vezes não é. E mesmo sendo o (FPE), se é que ele compõe recursos pra inserir nos 12%, então tem que aparecer valores separados. Aí a gente teria condições de dar isso, fazer uma leitura mais segura do que realmente é o (FPE), até porque essa questão do (PIB) é muito perversa, por exemplo, para (Mato Grosso). (Mato Grosso), pessoal, é a sexta economia do Estado (Brasil). O sexto (PIB) do (Brasil) é (Mato Grosso). Embora nós sejamos a vigésima renda (per capita) [01:01:14] do país, mas é o sexto (PIB), (Mato Grosso). Porque ela é perversa? Por exemplo, porque o meu estado lá de (São Paulo) recebe mais, e muito mais? É porque a distribuição do (PIB) é por número de habitantes, e (Mato Grosso) perde muito com isso. Só que isso aí é um papel pra senadores. Senadores e deputados federais é que tem que brigar por isso aí, mas é importante a gente ter essa informação. Nós somos a sexta potência de arrecadação do (Brasil), do (PIB), mas nós não recebemos conforme deveria ser o retorno pelo fato de nós não sermos uma potência de número de habitantes do (Brasil). (São Paulo) recebe mais não é porque arrecada mais, não, recebe mais porque tem o número maior de habitante. É lógico, se a gente colocar em termos proporcionais o que o estado de (São Paulo) arrecada, é evidente que arrecada muito. Mas o retorno de (Mato Grosso) é menor por essa falha de distribuição. Tem um projeto de lei no Congresso pra alterar mas a força de representação nos outros estados é muito maior, pra que mantenha da forma que está. Bom, então pra concluir de verdade porque senão a gente não conclui, entendo

que nós temos tempo suficiente pra pelo menos no mês de setembro, no final de setembro até pelo menos a primeira quinzena de outubro, a gente aprofundar nesse detalhamento dessas informações que a gente conseguiu fazer uma devassa realmente, e já temos prova de que aquilo que a gente trazia como sonegação de receita já aparece de forma tranquila pra nós, ela sai dessa receita que estava prevista pra 1 vírgula 4 já comprovada de 1 vírgula 5 bilhão, ela tem condições de chegar a um aproximado de 2 bilhões, e se for mantido essa forma de estudo, continuar essa forma de estudo, se a comissão tiver perna para estar mantendo as suas agendas, eu acredito que a gente vai avançar naquilo que a gente tá proponto aí pra próxima (LOA) de 2016, ou seja, o próprio (PPA) para os próximos anos aí, porque aquilo que a gente já previa está dando as provas para nós de forma até tranquila. Não sei se os demais conselheiros já tem algum ponto pra destacar, e aí eu já quero antecipar aqui que não vejo problema nenhum de a gente aprovar porque nós fizemos estudo, não vejo problema nenhum, desde que a gente tenha o tempo suficiente pra gente fechar esses dados de manter essa relação, mas enquanto relator eu já faço esse encaminhamento do parecer favorável à aprovação.

Marco: Obrigado, conselheiro. Tem aqui os conselheiros membros da comissão, (Edvan) e (Ana Boabaid) inscritos, mas tinha antes o (Oscarlino) e (Carlos Eiler) [01:04:34]. A pergunta minha, vocês gostariam de falar enquanto comissão? Então tá. Então eu passo primeiro para o (Edvan) e depois (Ana Boabaid).

Edvan: Boa tarde a todos e a todas. Eu acho que pela primeira vez a convocação do (Orlando), né (Orlando), essa indagação que vinha sendo

feita foi respondida na íntegra. Eu acho que a (Luceni) e a equipe que acompanha ela demonstraram a capacidade técnica de buscar a lei (Candir), em relação ao (IPVA), judicialização. Eu acho que é um estudo que pode até contribuir com a assembleia nesse debate lá que o (Wilson) quer fazer na questão da lei (Candir), e cobrar também dos governos a não dar isenção. Porque cada vez que o governo dá isenção, governo federal, estadual, na verdade alguém paga a conta. Esse chapéu sai do bolso do contribuinte e implica na educação, na saúde, nos problemas sociais, e aí os secretários municipais de saúde que são mais cobrados, os conselheiros que são mais cobrados, ficam numa saia justa, e alguém fazendo política com esse dinheiro. Acho que isso que é uma discussão que tem que se levar para a assembleia, eu vejo assim. Parabenizar a equipe, da nossa parte a (Lana) já deu o parecer pela aprovação devido que a gente foi além da expectativa desse estudo. Lógico que eu falei com (Luceni), por exemplo, na questão do resto a pagar, que está em torno de 6 milhões por ano, a gente quer saber se realmente no lastro ele tinha esse dinheiro ou não no fundo. Então se realmente 2010 em diante se não tinha, 2012, 2013, 2014 ela não fechou com 12%. Então que nós vamos analisar o (RAG) 2014 e 2014 é preciso a gente continuar nesse estudo, né (Luceni), do lastro se realmente ele tinha dinheiro para pagar por ano esses 6 milhões.

Marco: (Edvan), me permite uma parte na sua fala? Nós fizemos apresentação do primeiro quadrimestre de 2014 na assembleia, eu não me recordo se foi em maio, você estava lá, né (Orlando), e nós apresentamos apesar de estar assumindo naquele momento que o dado ainda era parcial, temos gasto apenas 10 e meio por cento nesse primeiro

quadrimestre. E eu acredito que naquele momento a gente assumia formalmente que os valores que nós pagamos de (inint) [01:07:38] para 2014 não entravam naquela conta, então se fosse fazer essa manipulação aí o valor realmente ia lá porque apesar do decreto do governador colocando (inint) [01:07:51] não pagar, a Secretaria de Saúde tratou de forma excepcional todos os serviços que precisavam ser pagos para garantir o andamento dos serviços. Então agora nós já fomos convocados numa outra assembleia para apresentar no dia 27 de setembro o relatório do segundo quadrimestre. Eu já queria antecipar o convite para todo o Conselho se fazer presente nessa audiência lá quando a gente vai apresentar esses valores e essa fala qualificada, o trabalho que, como vocês relatam, pela primeira vez foi possível começar de forma branca, forma clara e acessível, pra gente fazer essa representação lá pra assembleia, então acho que isso é importante. Então é o que muda aí, e ainda eu conversava com o secretário de planejamento e eu falei assim, "eu preciso ter essa informação com convicção", ele falou, "eu estou dando convicção". Eu falei, "eu não estou convicto". Me apontava 13 ponto 8% da aplicação. E aí a primeira pergunta que eu fiz foi restos a pagar, aí a resposta que eu tive foi, a (SEFAZ) não cometera um erro absurdo desse de colocar isso nesse valor. Então a preocupação nossa sim é de que tem que fazer isso. Então qualquer preocupação nesse sentido nós já estamos, e vocês podem ter percebido pelo trabalho da equipe, de fazer limpeza porque isso é dinheiro pra gente. Então não tem nenhum interesse de que realmente faça essa inclusão de coisas que não devam estar incluídas lá.

Edvan: Outra observação que deu pra gente, ficou caro lá, a judicialização. Geralmente no período de 2010, que foram implantadas as (OSS), e que não pagou os municípios em dia ou não repassaram o dinheiro ao município, o que mais cresceu, a judicialização. Então é sinal de que as (OS) não deram certo, e também com o não repasse do recurso aos municípios prejudicou muito isso. Então isso foi a elevação, eu acredito, meu olhar, que foi na verdade a judicialização nesse período que mais cresceu no período da implantação das (OS) e não repasse aos municípios, o não pagamento aos municípios. Essa é minha fala, muito obrigado.

Marco: Obrigado, (Edvan). Conselheira (Ana).

Ana: (Ana Boabaid), (NEOM). Bom, depois de um bom tempo sem a gente conseguir trabalhar com a área técnica da (CES) queria parabenizar a trabalhadora (Luciane Oliveira), o (Paulo), a equipe. (Luceni), (Luceni Oliveira), o (Paulo), que realmente conseguiram afinar, fazer uma boa busca junto ao controle social. Bom, quanto ao que o nosso presidente falou, falou quanto gestor da apresentação na assembleia, na fala do (Edvand), a gente até dialogou sobre isso que tinha, do resto a pagar, né (Orlando), a gente sugeriu que tem uma rubrica no programa 199, ação 208, que é um recurso pra justiça, seria pra judicialização, que está previsto, e que foi colocado um montante, então a gente até sugeriu na reunião que esse recurso fosse pra atenção primária e que se removesse o resto a pagar para essa ação que se faz necessária, que é da justiça. A gente até depois, se a (Lucinei), eu sou disléxica, (Luceni), desculpe, conseguir explicar melhor se o pleno quiser. E outra coisa que eu queria colocar é que a demanda deste pleno já tem muito tempo que coloca se a questão do concurso público, porque não tem como fortalecer o nosso

(SUS) sem concurso público. A gente vai ver logo logo, por exemplo, no município de (Cuiabá) recentemente a gente viu que o (Hospital Geral de Cuiabá), que é terceirizado também como atendimento ao município, quis parar. Quer dizer, o (SUS) fica refém de terceirização, não pode, nós temos que ter as ações públicas. A gente sabe que é difícil mas a saúde, vamos terceirizar estrada, etc e tal, vamos deixar a saúde como pública. Essa já é uma demanda que vem do Conselho, viu (Luceni), que (Oscar) reforçou quando presidente do Sindicato mas já deveria ter até resolução recente aí, não sei como é que andam nossas resoluções. Então isso que eu queria colocar, parabenizar vocês e colocar também que é, senhor presidente, enquanto presidente do Conselho, nós continuamos com muita dificuldade. O papel do conselheiro não é só de trabalhador do (SUS). Ele contribui, mas nós precisamos estimular as comissões. Nós não temos estrutura, continuamos navegando e remando com a mão, não temos nem um leme.

Marco: Doutora (Elizabeth). Enquanto comissão, né?

Elizabeth: Tá. (Elizabeth), (Federação das Santas Casas). Eu só gostaria de reforçar que o nosso trabalho foi possível porque realmente nós tivemos uma contribuição muito importante dos servidores da (CES). Lembrar que sem isso nós não conseguimos continuar. Precisamos de um contador, precisamos de tudo que possa nos assessorar porque como a (Ana) bem lembrou, nós não somos funcionários da (CES), somos voluntários, vamos assim dizer, e estamos aqui para prestar a nossa contribuição à nossa comunidade. Mas sem ajuda a gente não vai conseguir. Então, muito obrigada.

Marco: Obrigado, conselheira. Conselheiro (Oscarlino).

Oscarlino: (Oscarlino), segmento trabalhador, (Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e Meio Ambiente), (SISMA). Primeiramente, não é nem uma dúvida. Eu gostaria de um esclarecimento, por parte da superintendente, que a base toda pra se chegar a esse número de 2015 e os números projetados para o próximo (PPA) tem que levar em conta a questão dos números da receita da aplicação, das receitas do ano de 2014. Gostaria de ver se você tem aqui para apresentar ao Conselho como foi a composição, não detalhadamente como você apresentou, que era a dúvida e o trabalho executado junto à comissão de planejamento e orçamento do Conselho. Eu percebo que tem aplicação demonstrando quanto a (SEFAZ) está repassando pra Secretaria de Estado de Saúde, para aplicação nas despesas, só que eu queria ver onde é que se encontra o recurso proveniente das transferências do Ministério da Saúde com relação ao teto (MAC) da vigilância em saúde e de outros programas do Ministério porque na verdade a gente escuta, e eu trabalhei lá também, que é feita uma jogada contábil, que esse recurso entra no Fundo Estadual de Saúde e ele vai pra conta única. Ele vem regularmente através do fundo, que deveria inclusive, pelas prerrogativas que tem o gestor maior da pasta, ele teria que ser administrado diretamente por uma diretoria própria dentro do organograma, mas ao longo de 12, 13 anos isso não vem sendo acatado. O fundo estadual é gerido numa conta única, e a autonomia é pequena com relação à aplicação desse recurso. A hora que eu vejo aqui, por exemplo, 2015, você está dizendo que a (SEFAZ) já repassou pra (CES) 666 milhões inclusive um pouquinho avançando dos números projetados em cima dos 12% mínimo. Eu queria ver se dentro desses 666 milhões está contemplado o recurso proveniente do Ministério da Saúde, se o recurso proveniente do Ministério da Saúde que chega aí

pelos números projetados no ano passado dava por volta de 274 milhões, aí somando os outros recursos federais passa da casa dos 300 milhões, aí se projetar por mês esse número de 666 milhões teria que estar avançado. Porque? Porque nós temos unidades próprias no estado como os hospitais regionais, como (Adauto Botelho), como os outros que fazem faturamento pro Ministério da Saúde pra poder justificar esses recursos que são transferidos para os tetos, que esse recurso, por exemplo, ele ajuda a custear. Esse recurso proveniente do Ministério ajuda a custear, inclusive a remunerar os contratos firmados pelas organizações sociais com os outros entes. Eu queria saber como é que está essa composição. Essa é uma situação. A outra, eu participei, fui convocado anteontem às 9 horas da noite pra participar da reunião, apesar de não fazer parte da comissão de planejamento e orçamento do Conselho, pra que fosse justificado. Gostaria de novamente registrar que a ação que foi proposta pelo sindicato na reunião passada, na reunião extraordinária, ela foi colocada em deliberação, foi votada aqui no Conselho, no pleno, e eu vi 14 votos. 13 votos a favor para inclusão da ação, no (PPA) 2016, 2019, com um voto contra e nenhuma abstenção. E nós fomos convocados pra participar da reunião de ontem e a gente se colocou numa postura de não intransigência com relação a essa ação, apesar de que a gente olha nos programas aqui contemplados no (PPA), a gente vê ampliação de prédios, de construção de estabelecimentos, (inint) [01:18:47] de (TI), de estrutura física, mas eu tenho formação na área de planejamento também, tenho várias especializações, inclusive uma de economia e gestão da saúde pela (UNICAMP), bancada pelo Ministério da Saúde e pelo banco inglês, onde a gente fez junto com alguns colegas, que inclusive esse núcleo de economia e gestão da saúde nunca foi implementado dentro da Secretaria

de Estado de Saúde, que eu olho aqui a situação e não vejo contemplada ampliação da força de trabalho. A gente tá falando de dimensionamento, tá falando de um monte de situação, a gente sabe que o desdobramento dessas ações vão sim contemplar concurso público, aí tem a questão da nomeação desses trabalhadores, tem o chamamento, tem que ter reserva, tem que ter previsão pra chamar no mínimo 205 trabalhadores em 2016, então isso não vejo contemplado e a proposta da superintendente seria inserir dentro daquela ação do projeto de atividade que isso aqui caberia inclusive essa ação proposta, vou ler novamente a ação que foi proposta pelo sindicato, uma ação número 9 junto ao programa 76 que fala de ampliação de tudo menos da força de trabalho, seria ação de ampliação do quadro de pessoal efetivo da (CES). Nós temos um quadro vago hoje, nós temos 9 mil 959 postos de trabalho efetivos previstos na lei de carreira 441, a lei complementar, sendo ocupada hoje menos de 50%. Nós temos mais de 55% dos cargos vagos hoje, mas nós temos em contrapartida profissionais celetistas ocupando postos de trabalho. Isso é uma discussão, uma preocupação que a gente vem levando sempre ao secretário nosso, nosso secretário, presidente do Conselho, com objetivo da ampliação da força de trabalho efetiva através de concurso público para suprir as unidades. Nós sabemos que tem unidades que sobra gente hoje como o escritório regional de (Rondonópolis), que tem mais de 103 trabalhadores lá, e não tem espaço nem físico pra isso, mas isso foi por força da implantação da (OS) que muitos trabalhadores, dezenas desses trabalhadores que trabalhavam dentro do hospital foram banidos inclusive do processo de assédio moral. Foram banidos e a guarida que eles tiveram foi desempenhar o trabalho deles dentro do escritório regional. Então a proposta que a (Luceni) fez não está registrada. Eu não

percebo aqui nem a proposta registrada. Na verdade, nós vamos inserir essas situações no (FIPLAN) e eu continuo defendendo minha proposta, proposta que foi aprovada por este pleno na reunião passada, que se insira como uma ação, já no desdobramento das ações aqui, e apresente esse documento porque senão a gente vai ficar na conversa e no compromisso e a gente não vai ter, a gente não vai estar contemplado. Eu quero ver inclusive, presidente, como é que a gente pode operacionalizar isso, que compromisso documental que a gente pode ter, porque eu não gostaria de ser intransigente de pedir vistas ao processo. Gostaria que fluísse normalmente, estou defendendo aqui a categoria dos trabalhadores, reuni a diretoria, consultei, eu não estou fazendo coisa de iniciativa própria, pessoal, é uma defesa da nossa carreira, eu preciso desde o (PPA) estar com essa situação contemplada. Nós precisamos de recurso, precisamos de ações e precisamos de coisas práticas. Fui chamado lá na reunião, fui, conversamos, debatemos, a situação inclusive ficou até acalorada um momento, a (Luceni) acalmou, eu acalmei, a gente combinou, mas não veio aqui na proposta descrita essa ação do jeito que a gente pediu. A gente conhece um pouco de planejamento também, e não tá em nenhuma discordância. A gente vê várias ações propostas aqui. Na apresentação passada, anterior a essa, da reunião extraordinária do Conselho, estava o concurso público, estava a questão da ampliação da força de trabalho, estava a questão da proposta do controle social, do fortalecimento do controle social, só que a gente percebe que a situação não está contemplada, então é uma recomendação que a gente faz. Isso já foi votado, eu gostaria de ver como é que a gente pode sair com os encaminhamentos que a minha proposta é essa, inclusão imediata, porque se não passar aqui, a gente aprova, aí a gente corre o risco de

chegar lá na frente e a gente cair no esquecimento. Eu queria ver como é que a gente pode encaminhar com o senhor.

Marco: Conselheiro (Carlos).

Carlos: Conselheiro (Carlos), (Conselho Regional de Educação Física Mato Grosso). Na reunião passada, até passei pra (Luceni) uma orientação do Ministério da Saúde que chama se manual do orçamento para os Conselhos de Saúde, este. E aí eu quero saber o seguinte, como eu tive que chegar um pouquinho atrasado, tudo de discute categoria, eu tive que ir pra uma reunião depois de 7 meses marcando com o senhor secretário de educação, que nós vamos ter que fazer uma ação civil pública contra o estado, o advogado acha que tem que desobedecer a lei então nós vamos pra cima. Já perdeu em 5 estados e vai perder aqui também. Tranquilidade que a gente tem, né, sossegado, mas tentar resolver o problema administrativamente. Ele acha que não, então nós vamos tomar providências. É assim que o Conselho defende a categoria. Bom, a pergunta é simples, o estado, naquela planilha que tem ali, que a (Ana) está na mão, que é na página 69, né (Ana), na página 69 tem um quadrinho que diz assim, receita base de cálculo apurado para o ano de execução. E todo mês o estado deveria informar ao Conselho, coisa que nós nunca fizemos e pedimos, qual é a previsão na (LOA), qual foi a arrecadação do mês com (ICMS), (IPVA), (ITCMD), transferência (FPE) da união para o estado, (IPI) de exportação, lei (Candir), (IRF) dos rendimentos pagos pelo estado, multa, juro e correção monetária dos impostos, dívida ativa de impostos. Esse aqui é um. Esse é algo assim que é escondido que a gente nem sabe quanto entra de dívida ativa, que tem que entrar aqui na saúde. Qual foi a arrecadação acumulada no mês e aí

fazer a previsão de quanto foi repassado. E aí quando (Oscarlino) coloca, 666 milhões já foram repassados, de um bi e pouco, né (Oscarlino), né isso, quanto foi arrecadado de (ICMS), quanto foi do (IPVA) e aí por assim pra poder cumprir os 12% do estado de (Mato Grosso). Então essa é minha pergunta. Com relação à situação, continuo batendo na tecla, tanto o secretário de Fazenda, que é até meu amigo pessoal, e pelo que o senhor (Marrafon) falou na Assembleia eles devem vir a este Conselho pra eles aprenderem o que é a lei do (SUS), eles não sabem. Tenho quase certeza que não sabem nem dessa cartilha. E o que é mais triste, os assessores deles são as mesmas pessoas de antigamente que a gente vivia discutindo na Assembleia e dizendo dos 12%. Então acho que foi muito bem colocado pelo (Orlando) e tem uma matéria no (G1) que eu queria saber o seguinte, (Orlando), e os 40 milhões que ficou do (Pedro Henri) de 2011, estão aonde nesse cálculo dos 6 milhões? Estou perguntando, que é (Alta Floresta), que a juíza (Celia Vidoti) [01:27:04] mandou pagar aí, como é que a saúde pagou, não pagou, vai pagar, tá naquele passivo parado lá que o (Pedro) falou que não vai pagar? Então não é 6 milhões ao ano. (inint) [01:27:16] é 40, porque quando doutor (Augustinho Mouro) saiu e passou para o próximo secretário, a Saúde tinha uma dívida de no mínimo cento e poucos milhões de restos a pagar, inclusive de 2010. Preste também atenção, porque nós estamos aprovando. Eu não sou contra plano estadual de saúde. E minha outra briga é a desconsideração, e aí eu acho, foi publicado um organograma sem passar por este Conselho, e o Conselho Estadual continua parado sem quase participar, e só tem uma secretária executiva e é um pedido nosso, não é isso, ter uma assessoria, dar assessoria de comunicação, contábil e jurídico, que nós não temos no nosso organograma. Então eu acho que isso daí não pode mais acontecer.

Então, pra eu poder justificar o meu voto aqui hoje, eu gostaria dessas explicações, se o estado realmente fornece ao nosso secretário quanto arrecadou de (ICMS), quanto é da dívida, e se ele faz o calculozinho. Deu tanto, porque a próxima minha ida, no dia 27 de setembro, eu vou pedir para que o estado mostre lá na hora quanto arrecada de (ICMS), de (IPVA), da dívida. A hora que a gente for lá gostaria de ver, eu quero saber quanto vem. Eu acho que toda reunião ordinária do Conselho mensal deveria ser apresentada aqui quanto arrecadou nesses itens todos que eu relacionei, e aí a gente sabe realmente. Não é por força no nosso secretário, isso eu quero que deixe bem claro. Tenho quase certeza que ele tá lá lutando todo dia pra ter dinheiro na saúde. Agora, nós precisamos saber, essa caixa preta tem que ser prestado conta neste Conselho. Nós temos uma responsabilidade, que é a lei complementar 141. Então essa é a minha indagação dessa situação porque tá aqui, quer dizer, senão daqui a uns dias quando assustar (Bertúlio) está sendo pressionado, e nós vamos ter que levar maçã se não tiver um dinheirinho pra pagar lá, (Alta Floresta) e companhia, e eu não gostaria que acontecesse isso até pela proposta que ele tem pela saúde. Obrigado.

Marco: Obrigado, conselheiro.

Ana: Senhor presidente?

Marco: Questão de ordem?

Ana: Senhor presidente, questão de ordem. É que as solicitações que o conselheiro (Carlinhos) fez do (ICMS), fundo de pobreza, (IFR), (IPVA), essa coisa toda, isso a comissão já avançou. Já temos aqui, inclusive já está em números, já foi até apresentado aqui. O que nós estamos buscando é o que não tem, que é da lei (Candir), que é da judicialização, resto a pagar,

isso a comissão já está atrás também. Já estamos buscando pra trazer ao pleno.

Carlos: Sim, (Ana), mas veja bem, não é a comissão, é obrigação do Estado. Sabe, assistam o que o (Marrafon) falou e onde é que eu ando indignado com o governo do estado. Aqui quem manda somos nós e é de cima pra baixo. Então, desculpe. Eu saí de uma ditadura de 64 e estou entrando noutra agora? Não é assim.

Marco: (Carlinho), quando a conselheira fala que a comissão tem, ela tem porque o estado deu acesso ao que foi pedido, o que foi solicitado, e o que temos disponível. Então o estado deu esse acesso. Se agora, nós colocando em xeque aqui, que a comissão não representa esse Conselho é uma outra questão. A comissão pode passar pro Conselho. Tudo que você está colocando é (inint) [01:30:46] nós já temos acesso às informações.

Ana: Eu queria só concluir, a comissão tem obrigação de estudar, de buscar e de trazer ao pleno, isso nós temos. Isso não impede que a gestão apresente seus dados, mas a comissão está tentando cumprir seu papel. Essa comissão de planejamento, finança e orçamento tem se esforçado pra isso. Agora nós temos que colocar também que anteriormente a comissão não dava conta de fazer isso, e que essa comissão está se desdobrando junto com a área técnica, que eu elogiei não foi à toa, porque eu não venho aqui pra esquentar cadeira, nem pra passear, então a gente coloca que nós estamos tentando contribuir com o controle social e estamos cobrando também do presidente quando nossas necessidades que acabamos de fazer a cobrança.

Marco: Obrigado, conselheira. Conselheiro (Ambrósio).

Ambrósio: Conselheiro (Ambrósio), (Fraternidade). Nós estamos falando do (PPA) e ele foi projetado, o plano plurianual, ele é projetado para dar o equilíbrio entre as regiões. No caso nosso as regionais de saúde propriamente dita. A minha pergunta para a equipe e para a (Luceni) é se estrategicamente foi buscado o equilíbrio entre as regionais, porque nós sabemos dos desequilíbrios, de uma determinada situação com infraestrutura e tudo mais, inclusive financeira, econômica e tudo, e outras não. Então eu quero dizer que eu gostaria que esse pleno desse aqui pleno para sua votação nesse quesito. E gostaria de colocar na questão do conselheiro (Oscarlino) do (SISMA), que ele coloca, a proposta foi votada, secretário, e tem que se garantir. Não é como fazer, é garantir. Viu, (Oscarlino)? A proposta foi votada e isso tem que ser calcado no corpo do (PPA), e é pra estar aqui agora para que nós possamos ver, sentir, fazer o contrário de (São Tomé) aqui nesse momento. Esse é um fator, (inint) [01:33:33] não foi votado, acrescenta se. E no mais eu acho que a comissão e a (Luceni) tem como caminhar mais profundamente nas outras questões que estão pra ser futuramente esclarecida entre as comissões, posteriormente com o pleno do Conselho.

Marco: Obrigado, conselheiro. (Luceni), você quer começar a responder os questionamentos?

Orlando: Presidente?

Marco: Pois não.

Orlando: Me permite, antes da (Luceni) fazer a exposição que ela vai fazer, mas eu queria aqui só, dentro do que o companheiro (Oscarlino) falou que ele foi convocado lá pra reunião, é que nós tínhamos uma preocupação, né, (Bete), (Edvand) e a (Ana), nós tínhamos a preocupação de detalhar

pouco mais daquilo que era atribuição da comissão. Então a comissão tem seus limites também, então o que nós apontamos enquanto comissão de planejamento e orçamento pra equipe técnica? Inclusive a gente deu exemplo aqui. Proposta de encaminhamento, como o tema é o orçamento, fazer parte do custeio da máquina o custo do concurso público. Já demos um exemplo aqui, 7 milhões do custo do concurso público com 3 milhões de recuperação de encargo, ou seja, o concurso para (Mato Grosso), que são 141 municípios, vamos admitir, vamos dividir aí em 20 regiões. Perdão, são 141 municípios, mas se a gente trabalhar com 60 mil inscrições, que praticamente seria meia pessoa por município, daria uma arrecadação aí de 3 milhões. Esses 3 milhões entraria como recuperação de encargo. Se o custo do concurso é de 7 milhões, então ficaria um custeio para o estado de 4, e 3 seria de recuperação de encargo. E aí, em tempo, projetar já no (PPA) o orçamento para o provimento do cargo, que corresponde, não temos hoje o valor, porque se o estado vai fazer um concurso pra 7 mil trabalhadores, 7 mil vagas, por exemplo, qual seria o custo dessas 7 mil vagas para o provimento de cargo lá no mês de fevereiro de 2016, um exemplo, e aí, tendo esse valor projetado na (LOA), ser feito o detalhamento na (LOA). Então essa foi a proposta que a gente fez enquanto planejamento e orçamento porque quando a gente trata do quadro de servidor, aí já é uma questão específica do Sindicato. Então, quer dizer, nós temos nossos limites de atribuição, e a comissão de (RH), muito bem lembrado aqui pela (Ana). Então, aquilo que cabia à comissão de planejamento e orçamento propor, foi por isso que nós convidamos o companheiro (Oscarlino), seria isso. Propor um valor de orçamento para realização do concurso público. Realizando concurso público cria se uma expectativa do provimento de

cargo, então já tem uma projeção pra 2016 quantos cargos e o custo disso, embora o concurso, realizado em 2 anos, pode ter mais 2 anos, como é o termo, prorrogação, então é isso que estava nos limites da comissão de planejamento e orçamento. Obrigada.

Marco: Obrigado, conselheiro. (Luceni), conselheira.

Luceni: Tá. A questão da fonte, a 112, (Oscarlino), tudo que foi apresentado aqui, só a 134, porque a preocupação nossa era recursos próprios. Então daí a gente, até em função do tempo, não comparamos as outras fontes, mas todos os dados que foram colocados aqui, tanto das receitas, quer dizer, do caso das receitas, tudo só a 134, só as que dizem respeito à questão e até porque as fontes tributárias, então a 112 não está aí. Aí com relação à questão da vigilância, que você tinha perguntado, e no caso a vigilância, o (LACEN) [01:38:27], eles utilizam bastante da fonte do governo federal, mas no caso dos trabalhos apresentados a gente ficou naquelas com recursos próprios. Então daí a 134. Podemos depois, claro, ao mandar a gente vai trabalhar, fazer, comparar, mas aí no (PPA) o que compõe aí aparece. Claro, vão aparecer todas as fontes que a gente está utilizando pra colocar nos programas, nas ações. Certo? Mas agora, para o trabalho, a gente focou na 134. Essa é uma coisa. A outra, é com relação à questão do concurso. Do concurso, não, a ação especificamente que o (Oscar) tá falando, que vai além. Não é só da realização, ele está propondo uma coisa mais perene. Então eu tinha entendido na discussão, na conversa que a gente teve ontem, isso está em ata, a proposta é de incluir, contemplar no programa 78 ação 3361, acho que eu até já decorei essa ação, 3361, acho que é isso, colocar como medida. Como este processo está em andamento e a gente tinha que fechar, aí é uma questão

também de confiança. Como você falou assim, não está aparecendo ali, claro, esse documento está consolidado. A proposta saiu ontem, nós temos que incluir. Vai sair como encaminhamento pra vir pra esse pleno, pra gente incluir como medida no programa tal. Eu estou tentando abrir a internet pra te mostrar que o programa está aberto pra gente fazer isso, e ainda coloco embaixo, como sugestão para os conselheiros, que participem do desdobramento que é pra gente evitar que algumas defesas, algumas propostas tenham essa ou aquela redação que não era o que deveria estar. Então aí, (Oscar), nós estamos em processo, o trabalho é contínuo. A equipe não veio aqui hoje porque ela está com as outras áreas desdobrando as ações e certo, pra poder a gente começar de novo a voltar pro sistema (FIPLAN) e inserir. Então daí eu tinha entendido que eu teria pelo menos esse tempo pra vir aqui hoje e inserir. Tentei abrir internet, não estou conseguindo. Eu acho que era esta a questão. Outra coisa, aí, presidente, que também é uma questão técnica e política, isso a gente discutiu ontem, tem questões que o conselheiro foi, falou com propriedade, de que tem, o convite pro (Oscar) era nesse sentido, tem coisas técnicas que a gente precisava que ele participasse, mas tem coisa que é da esfera mais política, mas com relação à questão dos recursos. Então uma coisa é (PPA), concurso no (PPA). Certo? O concurso, no (PPA), está contemplado naquele volume de recurso, 20 milhões, isso são projeções. Aí o conselheiro falou ontem, nós temos que fazer, e eu também pedi pro (Oscar) que ele tem que trabalhar mais próximo da gente porque nós precisamos sair do (PPA) e descer para uma realidade que chama se plano anual, que vai se transformar na (LOA), e daí a gente precisa por mais pé no chão com estimativas. Então o concurso, enquanto (PPA), está no cenário, nos custos. Agora, esta semana a gente já precisa

começar a discutir concurso na (LOA) que é outra coisa. Então aí, a (LOA) está em andamento, e ela continua, o (PPA) continua nos desdobramentos. Então são questões que a gente precisa começar a clarear. Esse momento é assim que ele aparece, agora ele tem que aparecer dessa forma. Aí, (Oscar), era esse o entendimento que eu estava tendo com relação à (LOA). Quando eu falo (LOA), estou falando plano plurianual, que já é o desdobramento. Está em andamento e a gente precisa desdobrar. Agora, com relação à sua proposta eu tinha entendido que eu tinha pelo menos hoje pra gente fazer isso.

Carlos: Presidente, uma questão de ordem aí, só pra (Luceni). Viu, (Luceni)? Acho que nós temos uma grande garantia. De acordo com a lei complementar 141 (LOA), (LDO) e (PPA), todos tem que passar por este Conselho.

Luceni: Com certeza.

Carlos: Tá? Então aí nós podemos discutir a (LOA), o concurso público, é isso que eu quero dizer.

Luceni: Isso.

Oscarlino: Questão de ordem.

Luceni: Posso? Só pra fechar minha fala, aí é o que o conselheiro acabou de dizer, nós estamos e já vamos começar a trabalhar com a comissão o andar do (PTA LOA), que eu estou pedindo pra todo mundo que no (PTA LOA) a gente tem que passar pelo Conselho, e a gente também tem um prazo legal. E a gente precisa, nós estamos com prazo, nós vamos trabalhar, já está agendado, de 3, em função das outras agendas da equipe, de 3 a 11 que a gente tem que fazer. Porque? Porque,

conselheiro, precisamos de um espaço aqui no Conselho. E a (LOA) tem que fechar porque tem que ir pra Assembleia também, então ela vai voltar aqui nessas discussões. Tá certo?

Oscarlino: Questão de ordem.

Luceni: Desculpa te interromper, (Oscar).

Oscarlino: Olha só, quando (Orlando) falou com relação ao meu chamamento, minha convocação, primeiramente gostaria de esclarecer que eu entendi perfeitamente, a minha convocação intempestiva em função de retroceder uma votação que foi colocada em apreciação do Conselho. Me sujeitei a essa situação, fui lá apreciar. Eu não fui tratar de questões de ordem técnica, até porque nós temos uma comissão de planejamento e orçamento competente pra isso. Eu fui lá porque já tinham me adiantado o tema, eu fui lá apreciar. Na verdade, uma situação que foi posta. Quero esclarecer aqui também que nós estamos próximos. Nós participamos da oficina, o sindicato participou da oficina de construção do (PPA) e propôs. Só que a nossa proposta não está contemplada nessa estrutura que foi montada dos 3 programas. Então eu novamente insisti na reunião passada, na reunião extraordinária, que se coloque a ação. Ela está condicionada. Eu estou representante de 6 mil trabalhadores na base, sou conselheiro e tenho todo o direito. Fiz uma proposta que não é uma proposta intransigente, é uma proposta de garantia. Infelizmente no mundo burocrático, na administração pública, que inclusive hoje é um grande desafio para o atual governo vencer a inércia da administração pública que prejudica muito o nosso trabalhador, onde temos dezenas de processos, de requerimentos, vários requerimentos que estão hoje ainda numa tentativa dessa nova gestão de

dar celeridade, dar resposta, pelo menos uma resposta ao trabalhador, coisa que a gente não tem ainda por falta de estrutura. Estruturas caindo na cabeça do trabalhador. Então eu, não é o problema de confiança, é um problema de praticidade e de pragmatismo. Eu gostaria que a ação proposta estivesse reescrita, porque senão eu, por obrigação, como presidente do sindicato, eu vou pedir vistas e colocar à apreciação do meu jurídico, porque eu participei do processo ativamente.

Marco: Conselheiro, questão de ordem, não é isso. O senhor quer fazer inscrição, o senhor peça inscrição aí eu garanto. Eu estava inscrito, eu gostaria de falar. Isso não é questão de ordem.

Oscarlino: Ok.

Marco: Tá? O senhor quer falar, eu faço a inscrição pro senhor.

Oscarlino: Peço inscrição.

Marco: Tá bom. Eu acho que conselheira (Luceni) usou uma palavra que foi contundente mas muito delicada. Nós temos aqui, ninguém veio aqui pra poder brincar, conselheira (Ana) destacou isso hoje, nossos objetivos são os mesmos. Nós já temos muitas dificuldades, nós não precisamos criar dificuldade entre a gente por descompasso de conversa. Todas as comissões que já foram convidadas pra se reunir, todas tiveram a participação da equipe da secretaria pra poder estar subsidiando e apresentando, a que talvez mais destacou foi em função do que nós estamos discutindo agora por uma semana bem contundente, a comissão de planejamento e orçamento, e essas coisas não se vem aqui falar e convencê-las. Acontecem essas coisas assim, quando o Sindicato negociou com o governo do estado, antes de assinar aquele termo de compromisso,

tanto a Casa Civil como a Secretaria de Gestão passaram pedindo o meu aval pra que pudéssemos assinar aquilo lá. Enquanto eu estiver secretário de estado, as coisas assumidas vão ser cumpridas. Então não vai ser essa escrita nesse documento aqui que vai mudar uma vírgula, nós já estamos trabalhando, pedindo até pra que me incite esses membros pra comissão do concurso público. Nós já colocamos previsão orçamentária de 20 milhões de impacto no ano de 2016, e aí eu acho, assim, que é questão de confiança. Quer mais o que? Tá assinado termo de compromisso, o secretário já assumiu esse compromisso, tem muita gente querendo que as coisas não aconteçam. Vocês viram, vocês acompanharam o (Diário Oficial), a gente assinando instauração de processo administrativo contra as empresas, contra ex secretários, e todo mundo que está sendo passível de responder pelo dolo que causou. Então, esse tipo de pressão eu vou falar pra você, assim, isso não ajuda em nada a gestão. Nós queremos a mesma coisa, nós vamos trabalhar juntos. Isso aí eu vou falar pra você, não é problema, (Oscarlino). Isso aí você tem a garantia que única maneira de que esse concurso não saia é se eu não for secretário de saúde. Então não é um documento, desse que vai falar assim. Por favor, então está colocado, está escrito, está recomendado, tem um termo de compromisso assinado pelo governo do Estado onde este secretário validou, pode assinar, quantas coisas o Sindicato já pediu que este secretário já viabilizou, esforço pessoal pra poder ser resolvido, você recebeu ligação minha que eu falei assim, tá pagando limpo, divide em 2 parcelas, agora, (inint) [01:49:38] e na outra. Então estas coisas, se nós criamos dificuldade assim, vai ter que escrever do jeito que eu quis, tem um monte de coisa que como secretário eu quis também, que não é possível. Aqui (inint) [01:49:48] é assim, isso está posto, está validado, a comissão que se

debruçou pra discutir isso está validando que isso está apresentado no (PPA), vai aparecer desdobramento, então eu gostaria, assim, vamos facilitar. Se representa 6 mil servidores ou representa o governo do estado, representa todo mundo, eu estou apanhando muito de outros interesses não republicanos e nós precisamos da ajuda, não dá pra gente ficar brigando aqui porque nós queremos a mesma coisa, (Oscarlino). Então assim, você tenha essa convicção. Eu não quero falar, vai ficar brigando lá. Isso aqui não é um campo de batalha, não é um ringue, não é tempo de discordância. Externar as nossas discordâncias mas consensuando, conversando. Tá aqui (Ana), admitiu isso e pra mim isso tem um peso importante, a secretaria está abrindo pra poder dar essas informações. Tem informações que a secretaria não tem, então não vai conseguir passar. Nós queremos assim, se o (Orlando) conseguir nos ajudar a mostrar que tem contabilidade nos 12% que não deveria, ele está ajudando em muito a gestão. Nós não queremos maquiagem, não vamos esconder isso, então essas coisas tem que estar claro. Quando o conselheiro (Carlinho) coloca, faz as considerações ali, pela experiência que ele tem de sindicato, pela habilidade, ele deixou claro, não é questão de duvidar do secretário, são coisas (inint) [01:51:13] tem que caminhar. Então temos que colocar as discordâncias sim aqui, mas o que nós estamos conduzindo eu acho que já aponta pra gente poder falar assim, olha, nós estamos no mesmo barco, mas nós não pensamos igual, não pensamos mesma coisa. Vamos trazer e discordar aqui, mas nós queremos a mesma coisa. Nós tivemos 12 anos de dificuldade, você está de parabéns ao ter conseguido, essa questão vai ser um fato pra sua gestão enquanto sindicato, vai acontecer o concurso público, o edital vai sair até dezembro, mesmo contra esse encaminhamento (inint) [01:51:47] contratar uma

licitação pra poder qualificar, já falei pra você como a gente vai encaminhar, vamos acabar com 79 cargos do (SAMU), vamos estruturar a área sistêmica que não tem pessoal, nós queremos as mesmas coisas. Eu gostaria então de pedir para o Conselho, assim, isso não é problema pra gente, nós temos problemas muito mais importantes. Eu estou tendo pressão de tudo quanto é lado pra algumas coisas não caminharem, inclusive de colegas de secretaria, funcionários de carreira lá dentro boicotando, (Oscarlino). Então assim, isso não é problema. E é palavra do fundo do coração, sabe? Discordância, vamos colocar, mas esse compromisso, não é o que tá escrito ali que vai fazer diferença, não. Esse compromisso já foi estabelecido e eu quando aceitei estar secretário eu tinha clareza de algumas coisas que precisam ser resgatadas e nós vamos trabalhar pra isso. Se vocês não repararam, olhe os decretos que nós assinamos, eu e secretário (Ciro), controladoria geral do estado, nós estamos instaurando instrução sumária, processo (inint) [01:52:54], processo administrativo pra operacionalizar a dívida de empresas que fraudaram (inint) [01:52:59] público, estou falando de secretários de estado, pessoas que exerceram cargo de ordenação. Tem muita gente, muitos interesses já pra poder falar assim, é questão de sobrevivência tirar esse secretário de lá. Vocês querem esse jogo que a gente está trazendo de forma limpa e clara? Vamos discordar então de coisas, preocupar com coisas que realmente são importantes. Isso aqui considere resolvido, isso é uma questão tão certa como o dia amanhece com o sol lá no horizonte todo dia. Nós vamos fazer isso. Vou falar pra você, a única possibilidade que tem de isso não acontecer é de eu deixar de ser secretário e o governador deixar de ser governador. Pode acontecer de eu

não ser secretário, mas o governador, não. Então isso é certeza que vai acontecer, (Oscarlino). Isso é certeza, fica tranquilo.

Ana: Questão de encaminhamento. Há muito tempo atrás eu ocupei o cargo de secretaria geral. E eu tinha um convívio bem próximo com o pessoal do (Banco Mundial) que usava essa memória de gestão, e eu acho ela muito prática. E eu acho que a gente está tendo algumas falhas, até por falta de estrutura do Conselho, (inint) [01:54:19], a gente sempre na estrutura, é que é interessante. O que você cobra, (Oscar), já está aqui. E quando a gente fala também já foi encaminhado, assinado por toda a comissão, e é o que a comissão está trabalhando. Aí então outra coisa que a gente fala, o secretário fala, enquanto estiver aqui, de repente eu posso não estar aqui amanhã, eu sou atropelada ou tenho um infarto e morro. Mas, então a gente tem uma coisa que a gente tem que preocupar, órgão público não fala, escreve. E isso aqui é uma escritura, é a nossa fala, nós estamos escrevendo, apesar da secretaria geral não estar transcrevendo, senhor presidente tem que, enquanto presidente, dar conta disso também. Então a gente tem que ver, (Oscar), que isso aqui é um documento. E o que eu quero encaminhar é que a secretaria geral, após cada reunião de cada comissão, ela encaminhe para todos os conselheiros, escaneia, isso aí tem, é fácil a gente escanear e mandar por (e-mail) [01:55:27], que já facilita. Agora o outro encaminhamento que eu queria fazer é que nós ainda estamos encaminhando essa proposta que o (SISMA), mesmo se não tem assento na comissão, parece que tem, não tem, que o (SISMA) participe, porque qualquer conselheiro pode participar de comissões, até fortalece, não impede, nada impede, e que a secretaria geral convoque a comissão de saúde do trabalhador, a comissão do

trabalhador até porque aqui esse detalhamento vai ser muito interessante essa comissão começar a trabalhar. É igualzinho, nós fizemos a oficina, começamos a fazer a oficina e monitoramento, saiu uma demanda enorme que tem que ter intersectoriedade, não só inclusive com a gestão, mas com o conselho de educação, conselho de meio ambiente, então a gente precisa estar fazendo realmente que essas comissões trabalhem. Agora eu acho assim, nós precisamos, uma das coisas que a primeira vez que o (Marco Bertúlio) assumiu o Conselho, eu falei que sem informação a gente não caminhava, e fico contente porque agora nós começamos a ter uma luz no fundo do túnel, tava falando com (Orlando) e (Bete) aqui, que nós conseguimos buscar algumas coisas e estamos buscando mais, e temos certeza que não conseguimos alcançar ainda. Agora, a cobrança do (Oscar) quanto ao concurso público é uma cobrança que o Conselho tem que cobrar, porque nós já fizemos resolução quanto a isso, né, conselheiro (Carlinhos)? Aí nós estamos sendo patrolados. Eu costumo dizer, agora vou falar com o presidente, com o secretário, não sei, esses dias num diálogo eu falei assim, o Conselho Estadual não está sendo patrolado pelo atual governo, ele está sendo ignorado, porque patrolado a gente é quando a gente traz a discussão, faz a resolução e o governo não homologa, ou não executa, aí é patrolado. Agora, quando nem traz pra nós, ele ignora. Então nós temos situações assim, de ignorar e a culpa de tudo, eu costumo dizer, é do Conselho. Porque? Nós não temos que estar pedindo aqui pra gestão, a quanto a estrutura, faz uma resolução. Entendeu? Faz uma resolução dando prazo quanto à estrutura. Esse Conselho tá tão fragilizado, tão fraco, que ele não consegue exercer o poder para seu funcionamento, infelizmente.

Marco: Conselheiro (Oscarlino).

Oscarlino: Olha só, (Oscarlino), segmento trabalhador, (SISMA). Eu sou um bebezinho aqui participando como conselheiro. Já procurei estudar um pouco o regimento interno, procurei estudar um pouco a atuação do Conselho, e vejo um pouquinho diferente essa questão que foi colocada aqui. Claro, ninguém tá fazendo nada mais do que a obrigação, de ser transparente, de fazer com que a coisa se torne participativa, transparente, então me entristece muito em falar que uma garantia, inclusive pelo que foi dito aqui já tem muitas respostas, tem pessoas que podem dormir no cargo e amanhecer sem o cargo, tem pessoas que podem não estar aqui mais presentes porque a nossa vida é muito curta, só Deus mesmo pra saber, então nós participamos do processo ativamente e eu me dirigi ontem, a secretaria até nesse âmbito e nessa questão que o senhor presidente colocou, nós não estamos querendo dificultar nada. Fomos lá fazer uma defesa, não intransigente, mas incondicional, pra questão que a gente acredita. Que a gente foi guindado ao poder através de voto do trabalhador, nosso mandato é eletivo, nós fomos eleitos pra isso pela maioria dos votos, dos 6 mil trabalhadores, dos 3 mil e 400 que são filiados ao sindicato, que pagam pra isso. Então fui lá, participei da conversa com a representante da gestão, e ela me garantiu que mandaria por (e-mail) [02:00:07] ontem à noite ou na parte da manhã essa situação resolvida pra gente nem precisar estar discutindo isso aí. Isso aí não é querer criar problemas, isso aí é querer criar soluções. Isso é uma solução. Isso já foi votado e novamente, assim, com algumas resoluções do Conselho, inclusive já da atual gestão, foram tomadas decisões aqui que não foram colocadas no papel e não foram

homologadas. Então não tivemos garantia nenhuma. Nós não estamos colocando em xeque a palavra do governo, a palavra do secretário. A gente tem conversado, e eu tenho aguentado enquanto presidente do Sindicato uma pressão tremenda oriunda de todos os cantos do servidor, do trabalhador de carreira, que passa de 4 mil trabalhadores, uma grande massa dos nossos diretores que são cobrados no interior e na capital do descontentamento total e da desmotivação pro trabalho. Pessoas que assumiram cargo, devolveram os cargos na estrutura organizacional da secretaria, eu tenho me deparado, não tenho levado esse tipo de problema inclusive pra secretaria. A gente tem absorvido, nós temos muitas questões postas à mesa, nós assinamos um termo de acordo inédito com o governo, que na verdade é uma trégua assinada junto com o governo, que o governo sinalizou que vai nos atender já em 2015 com algumas ações, já foram atendidas, e pra conhecimento deste pleno o processo de 49 trabalhadores do (LIMBO), juntamente com outros processos, cheguei a carregar no braço por falta de (motoboy) [02:01:43] pra entregar na secretaria e trafegar com esses processos. Eu já trafeguei com processo no braço, no ombro, fui levar, não é aqui, é lá, é aqui, fui, levei, fiz plantão no sofá do gabinete do secretário de gestão, ele nos atende muito bem assim como nosso secretário também, nos atende muito bem, foi uma negociação, foi uma questão de entendimento que está sacramentada, que faz parte, só que desde a época da fase de transição do governo a gente vem apontando que inclusive eu já tratava, o nosso secretário desde a época que era coordenador da fase de transição do governo (Sinval Barbosa) pro governo (Pedro Taques), eu já tratava o nosso secretário de secretário desde aquela época. Ele era apenas então o coordenador da fase de transição. E nós sinalizamos desde aquela época

as necessidades eminentes que a categoria precisa ser salvaguardada e precisa ser atendida. Hoje continua um descontentamento, um borburinho, que a gente está tentando resolver com ações práticas, e a gente vem sinalizando isso de forma responsável, de forma técnica, política, ao governo, pra que essas situações sejam resolvidas e que todo mundo tenha dias melhores. Então não é querer trazer problema, estou trazendo soluções, e exijo um pouquinho de consideração na questão seguinte, participamos do processo de construção da ferramenta, apontamos nossas necessidades, beleza. Apontamos aqui no pleno, participamos da reunião, aí as coisas serem colocadas dessa forma, eu inclusive na minha fala pedi uma questão de encaminhamento com o senhor. Aqui a superintendente de políticas já tinha apontado ontem na reunião que colocaria como uma medida, nós não fomos intransigentes. Falou é medida, é medida, então vamos colocar. Inclusive já foi falado aqui, nós já estamos na fase de desdobramento, nós já estamos montando o (PTA) e no (PPA) não está a medida para que ela possa ser desdobrada, foi uma garantia dada pela gestão, só isso.

Marco: Obrigado, (Oscarlino). (Edvand).

Edvand: São 2 coisas que eu gostaria de falar sobre a reestruturação no Conselho. Nós tivemos uma reunião anteontem, que a sub secretária (Silvana) esteve lá com a gente. Eu acho que foram feitos vários encaminhamentos nesse sentido, eu particularmente sinto confiança quando o gestor que é responsável comparece, e a (Silvana) compareceu, a ouvidora estava lá, e mostrou toda uma boa vontade. É aquilo que eu falei pro (Oscarlino) ontem, como ela está dizendo que vai aparecer essa medida no pleno de trabalhos, e está na memória lá de gestão, a (Ana)

está dizendo que a secretária não tinha mas ela apresentou ontem lá na reunião, a memória de gestão (initn) [02:05:03] uma proposta na íntegra. Se tivesse até como mostrar aí, e aí como ela está dizendo que até o dia 11 vai ter essa tarefa, eu acredito que não tem porque não dizer que não vai aparecer essa ação para 2016, então estou confiante que vai aparecer. (Oscarlino), acho que você tem razão de defender porque você é o representante da categoria, mas pela sua postura e pelo prazo também eu acho que os servidores não vão ser prejudicados. Eu acredito que vai aparecer pela postura que a (Luceni), todas as demandas que foram solicitadas ela trouxe. Pelo menos lá pra comissão ela apresentou a contento pra gente, né? Eu estou dando esse voto de confiança que vai aparecer. Agora, de que forma, eu acho que a comissão de recursos humanos do Conselho junto com a comissão de recursos humanos da secretaria, é detalhar isso no plano de trabalho anual, essas ações aí.

Marco: Maravilha.

Edvand: Obrigado.

Marco: Obrigado, conselheiro. Conselheira (Elizabeth). Conselheira (Elizabeth) falando, é a última inscrita, nós vamos pros encaminhamentos, por gentileza.

Elizabeth: Só lembrar que essa colocação que o (Oscarlino) tá falando e que a (Lu) falou foi ontem às 7 horas da noite. Então eu acho que as pessoas tem suas obrigações perante as suas instituições, mas eu acho que paciência faz bem e também toma um tempo incrível de uma situação que já foi discutida, rediscutida e prometida. Eu fico bastante incomodada com isso. Fiquei ontem, e hoje estou retornando a fala. Obrigado.

Marco: Obrigado, conselheira. Vamos encaminhar então, eu coloco então em votação o parecer que a comissão apresentou aqui na pessoa do conselheiro (Orlando) pra decidirmos a questão do (PES), (PPA) 2016, 19. 2 situações, primeira pela deliberação a respeito do parecer da comissão de, me corrija, (Orlando), de aprovação do instrumento. Ele já aponta para aprovação, a comissão apresenta como proposta de aprovação do plano.

Oscarlino: Peço uma questão de ordem, presidente.

Marco: Pois não, conselheiro.

Oscarlino: Eu quero só fazer uma correção. Não foi 7 horas da noite, eu saí de lá antes das 6 horas da tarde, já estava definido. A conversa foi finalizada às 5 horas da tarde. Na minha fala, e o compromisso que foi feito com a gestão e acordado é que a medida apareceria. Aí não é uma questão de desconfiança. Foi aprovado pelo pleno uma questão da ação, aí foi feita uma proposta em nome do governo, em nome da gestão, que ela apareceria como medida. A gente falou, sem transigência a gente concorda com a situação, estamos numa fase de desdobramento do (PPA), eu até pedi pro senhor, como a gente pode encaminhar, questão de ordem, qual é o prazo pra entrega do (PPA)?

Marco: Tá. Uma pergunta encerrando a sua consideração?

Oscarlino: Calma, o que eu quero saber é quando a gente vai ter essa medida implantada no (PPA).

Marco: Conselheiro, nós pedimos essa extraordinária tendo em vista o prazo que nós temos pra entregar. Então se o senhor lembrar bem, quando a gente discutiu, botou esta data, é porque nós temos prazo pra

entregar agora. Eu vou responder o prazo. Mas o senhor não lembra qual é o prazo?

Oscarlino: 31 de agosto.

Marco: Então, dia 31 é segunda feira. Então por isso que nós convocamos essa extraordinária. Nós temos reunião.

Oscarlino: Então até 31 de agosto vai estar a medida implantada no (PPA)?

Marco: Conselheiro, eu vou voltar a dizer, porque questão de ponto de vista, discordância, a gente pensa diferente graças à Deus, mas isto que o senhor está destacando novamente aqui não é problema. Não é se foi às 6, se foi às 7, se foi às 8 da noite, nós queremos a mesma coisa. O pessoal que tem trabalhado aqui não tá preocupado com horário, não tá preocupado se é 7, se é 8, se é 9. Isto vai acontecer, isso está sendo gravado e vai ser transcrito, quem está falando é o secretário de estado de saúde, aproveitando pra poder botar uma vírgula, quando o senhor falou anteriormente. Dá a entender que a coisa aqui é que não sabe se dorme, se amanhece, a gente pode morrer, e deixar bem claro, não existe nenhuma intenção da gestão do estado de (Mato Grosso) de fazer qualquer mudança na Secretaria de Estado da Saúde, muito menos desse gestor, apesar de que todas as secretarias estão sendo feitas. Então cuidar muito bem pra não dar fomentação de que eu falei porque o que eu quis dizer quando falei que única possibilidade de não sair concurso era eu não ser secretário é porque essa possibilidade não existe, conselheiro. Então eu gostaria (inint) [02:10:41] em falar assim, nesse horário, forçar a barra com uma conversa assim, nós não precisamos, tá resolvido. Foi deliberado na reunião passada que vai entrar como ação lá, quer dizer, vai estar no orçamento, vamos construir uma comissão pra poder fazer o edital, pro

edital ser publicado nesse semestre, e no primeiro semestre de 2016 vai acontecer o concurso público. Precisa o sindicato, os 6 mil servidores, ouvirem a transcrição desta fala do secretário pra ter a garantia de que ou o termo de compromisso, como você destacou, é uma situação inusitada, nunca aconteceu? Tá assinado. Não vamos mexer na situação que quando mexer vai até incomodar. Você viu, assim, tem posição já de conselheiro sendo incomodado pela fala, vamos agilizar.

Oscarlino: Questão de ordem.

Marco: Por favor.

Oscarlino: Questão de ordem, então eu faço um pedido pra que não convoque aleatoriamente mais o sindicato pra gente participar da reunião sendo que a gente traçou um acordo, nós fizemos um acordo na reunião de ontem, tá colocado no papel, foi feito um compromisso de passar por (e-mail) [02:11:47], apenas por ( e-mail) [02:11:47], de implantação. É apenas uma digitação, implantação.

Marco: Conselheiro, eu estou com compromisso, estou com 14 prefeitos me esperando desde 5 horas lá (inint) [02:11:55] importância, eu preferi estar aqui.

Ana: Senhor presidente, questão de ordem.

Marco: Então, algumas coisas a gente cumpre e não consegue fazê-lo.

Ana: Questão de ordem, senhor presidente, nós estamos aqui dialogando. Esse espaço é um espaço de conflito, graças a Deus tem ele pra gente conflitar, mas vamos tentar apaziguar pra dar resolutividade. (Oscar) tem essa propositura, e que a comissão pode reunir amanhã e a gente acha uma forma de colocar a proposta que ela coloca aqui, já consultamos, que

dá pra ser colocado o que ele está propondo, visualizar isso aí, ela vai colocar isso pra gente.

Luceni: Só pra encerrar.

Marco: (Luceni), por favor.

Luceni: Com relação à questão do horário, eu saí da secretaria de planejamento e eu tenho outro trabalho, então eu chego em casa depois das 10 da noite ou 11 da noite. O sistema fecha e ele passa a madrugada inteira, e eu trabalho de madrugada, (Oscar), ele passa a madrugada inteira parado pra manutenção. Aí, o que eu fiz de manhã, de manhã eu peguei e imprimi, conforme o combinado, só que não deu pra mandar 5 da manhã. Eu baixei a ação. Porque assim, tá havendo um problema de comunicação aqui, secretário, ontem durante o encaminhamento, e tá escrito, eu tinha entendido, ele pediu assim, qual é a posição da gestão, qual é a proposta da gestão? A proposta da gestão, tá escrito aqui, incluir no programa tal ação tal como medida. Ponto, registrou, essa é a proposta da gestão. Agora, não foi dito que eu ia incluir, chegar em casa, jantar e incluir. Certo? Aí o que eu entendi? Posso estar equivocada, como eu entendi que o encaminhamento seria, isso o Conselho vai monitorar e vai cobrar, até porque esse documento volta pra cá, durante esse processo a gente ia incluir. O que ficou entendido no meu entendimento? Que eu mandaria qual seria a ação. Ainda falei, vou mandar o programa, que pode avaliar se acha que tem outra ação mais adequada. Imprimi, a secretária executiva retransmitiu, porque eu não tinha pego o (e-mail) [02:14:30] particular ou institucional do (Oscar), então daí eu peguei e retransmiti um (e-mail) [02:14:35] lá pelas 7 e meia, 8 horas da manhã, acredito, com o programa e a ação constituída. Porque? Porque pro (PPA) o documento

que vai ser encaminhado pra assembleia e aí a (SEPLAN) protocola amanhã pra poder entrar 31, é ele não leva nível de medida. O (PPA) só chega até as ações, e a ação da qual a medida tá vinculada vai pro (PPA) ser entregue na assembleia 27, 28 ou 31. Certo? Então pode ter havido um mal entendimento na colocação. Tá, (Oscar)? Deve ter havido isso.

Marco: Obrigado, conselheira.

Luceni: Aí eu peço desculpa, tá?

Marco: Conselheiro.

Carlos: Presidente, só pra esclarecer, que depois a gente é chamado para as audiências públicas pra discutir o (PPA) na assembleia, e é nesse momento que também a gente pode fazer intervenção. Ok?

Marco: Perfeito.

Carlos: Então, eu gostaria que o senhor encaminhasse a votação.

Marco: Perfeito. Eu quero registrar, me corrija, conselheiro, se estiver errado, o sindicato (SISMA) pede pra não ser mais convocado pelas comissões da maneira como aconteceu, o termo utilizado, aleatório, então isso conste em ata.

Oscarlino: Questão de ordem. Não foi nesse sentido que eu falei. Não convoque o sindicato em situações deliberadas no Conselho que é a instância maior, pra que aconteça esse tipo de desentendimentos. Não tinha necessidade do sindicato participar da reunião de ontem.

Marco: Tá, o senhor está tirando a palavra aleatório, então, corrigido.

Oscarlino: Não tinha necessidade do (SISMA) participar da reunião de ontem.

Marco: Conselheiro, o senhor está tirando a palavra aleatório. Como consta em ata, o sindicato não quer ser mais convidado para participar de reuniões das comissões onde o (SISMA) não faz parte da comissão. Está correto isso?

Oscarlino: Desde que não aconteça o que aconteceu ontem.

Ana: Gente, vamos enfraquecer menos o Conselho, questão de ordem agora, vamos participar todo mundo das comissões, vamos mobilizar esse Conselho pra funcionar e vamos seguir o regimento interno, e no regimento interno não pode estar escrito isso, gente.

Marco: Tá, muito bem. Só que é uma proposta de um conselheiro contra a de um outro conselheiro. O conselheiro está pedindo pra não acontecer mais isso que aconteceu, então a sua posição de conselheira não é maior que a dele, ele tá pedindo, isso tem que ser respeitado. Encaminhamento então agora, questão de deliberação do parecer da comissão. Em regime de votação. Quem concorda com o parecer da comissão, por favor se manifeste. 12 votos. Alguma abstenção? Não? Discordância? Não. Então aprovado por unanimidade, essa etapa está vencida, dia 2 reunião ordinária. Por favor, conselheiro.

Orlando: Então, garantindo acompanhamento dos estudos aí pra gente ver o que a gente pode avançar naqueles itens que ainda ficaram pendentes devido ao prazo que estava já praticamente esgotado. Ok?

Marco: Perfeito.

Ana: Já encerrou? Eu só queria fazer um encaminhamento. Eu estou com o (Diário Oficial) aqui do dia 23 de junho de 2015 que fala da questão de (RH), então diante desse (Diário Oficial), que nós dialogamos na nossa

instituição, eu queria convocar, propor uma pauta convocando a superintendência de gestão de pessoas da (CES) para saber sobre o andamento dos trabalhos desse (Diário Oficial), que é o dimensionamento da força de trabalho por competência, portaria 121 e 115, como financiamento para subsidiar as realizações do concurso público para a (CES), e gostaria também de aproveitar e colocar a pauta convocando também o (SISMA) pra nos explicar sobre esse acórdão que você começou a falar e nós não temos conhecimento. Pode? Tá, 2 pautas.

Carlos: Eu gostaria de deixar um aviso que no dia 14, convidar todos, quem puder aparecer, dia 14 às 14 horas o Conselho Regional de Educação Física, (CREF17) tomará posse, separando se de (Campo Grande), do (CREF11), na qual essa pessoa será aí primeiro presidente, e acredito que depois vá ter que ficar alguém no meu lugar. Vai ser na assembleia legislativa, nós vamos dar o convite, às 14 horas na sala (Hamilton Figueiredo), acho que esse é um marco histórico depois de 16 anos.

Orlando: Tá encerrada a reunião já, não?

Luciana: Não, pode falar, pode dar o informe.

Orlando: Conselheira, (Ana), conselheiro (Orlando), gostaria novamente de esclarecer que a sugestão de encaminhamento de proposta foi colocada na reunião extraordinária passada, foi votada por 13 votos a 1, e nós fomos convocados pra participar de uma reunião pra rever essa aprovação. Então foi isso que eu coloquei, fiquei indignado realmente de ser convocado, e como até a própria (Luceni) falou, que houve um desconcatenamento entre o entendimento, eu achei que já ia ser colocado lá como medida, e aí ela está se justificando que tem ainda esse

prazo, que vai ser colocado como medida, que é o que todo mundo queria assistir aqui, ver a medida ser colocado. Houve só um descompasso nessa questão, e que realmente pra que esse tipo de coisa, votações, deliberações do Conselho, eu ser convocado, o (SISMA) ser convocado pra rever deliberações do Conselho, decisões tomadas, que não convoque o sindicato pra isso.

Ana: Deixa eu só concluir aqui. Nós então contamos com a inclusão da proposta do (Oscarlino) no documento e fecha.

Luciana: Conselheiros, quero só dar um informe antes que vocês saiam, senão todo mundo esvazia e fala que a secretária não fez o comunicado. A próxima reunião ordinária vai vir um fotógrafo pra tirar foto dos senhores conselheiros pra ser providenciado o crachá de conselheiros. Tá? Portanto, venha todo mundo perfumado, escovado, bem bonitos, não quero nenhum crachá de conselheiro feio lá, não, na próxima ordinária dia 2 agora do 9.

Elizabete: Por favor, gente, a (Adriana) tem uma informação importante, uma solicitação de inserção de pauta, que nos interessa, conselheiro (Orlando).

Adriana: Pessoal, a gente está tendo a reunião da comissão permanente de normatização e estruturação e foi deliberado, foi decidido pra gente trazer pro pleno pra próxima ordinária 2 matérias de pauta. Uma elas é a passagem do organograma, que não foi passado pelo pleno da (CES). Nós vamos trazer um parecer conclusivo e vamos sugerir recomendação pra pasta sobre essas matérias, a comissão agora vai tentar contribuir nesse sentido. E a outra, a estrutura do conselho também, né (Luciana)? Obrigada, conselheiros.

Luciana: Então tá encerrada a reunião de hoje, dia 27 do 8 de 2015.  
Obrigada.

[01:23:42]



# audiotext

**Audiotext Serviços e Cia. LTDA**

**CNPJ: 17.429.373/0001-85**

(41) 3363-3220

[falecom@audiotext.com.br](mailto:falecom@audiotext.com.br)

[audiotext.com.br](http://audiotext.com.br)